



TAYNÃ OLIVEIRA DA CRUZ

**ADOLESCENTES NA BUSCA PELO PRIMEIRO EMPREGO: ADULTIZAÇÃO
PRECOCE**

Ji-Paraná
2019

**ADOLESCENTES NA BUSCA PELO PRIMEIRO EMPREGO: ADULTIZAÇÃO
PRECOCE**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Centro Universitário São Lucas/Ji-Paraná, como requisito de aprovação para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Ma. *Rafaela Maia Gomes*

C957a

Cruz, Taynã Oliveira da

Adolescentes na busca pelo primeiro emprego: adultização precoce / Taynã Oliveira da Cruz. Ji-Paraná: Centro Universitário São Lucas, 2019.

76 p. il.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Centro Universitário São Lucas, Curso de Serviço Social, Ji-Paraná, 2019.

Orientadora: Profª. Ms. Rafaela Maia Gomes

1. Adultização. 2. Adolescentes. 3. Primeiro emprego. 4. Serviço Social. I. Gomes, Rafaela Maia. II. Adolescentes na busca pelo primeiro emprego: adultização precoce. III. Centro Universitário São Lucas.

CDU 331.5

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário José Fernando S Magalhães
CRB 11/1091

TAYNÃ OLIVEIRA DA CRUZ

**ADOLESCENTES NA BUSCA PELO PRIMEIRO EMPREGO: ADULTIZAÇÃO
PRECOCE**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Centro
Universitário São Lucas/Ji-Paraná, como requisito de aprovação
para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Me. Rafaela Maia Gomes

Ji-Paraná, 10 de junho de 2019

Avaliação/Nota:

BANCA EXAMINADORA

Profª. Mestre Rafaela Maia Gomes
Orientadora

São Lucas Educacional

Profª. Dulce Teresinha Heineck
Examinadora

São Lucas Educacional

Assistente Social Celso Kubichem Rodrigues
Examinador

Centro Educativo Dom Bosco

***Mãe, pai esse trabalho é totalmente
dedicado a vocês***

Ao meu filho, ao meu companheiro Odair
Wionczakque tem sido um grande
incentivador nessa jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que foi o fortalecedor de toda essa caminhada me dando força e sabedoria para seguir em frente sem desistir.

Agradeço aos meus pais Edilson e Genny que foram grandes incentivadores e me ajudaram a trilhar os meus caminhos. Agradeço por ter me ensinado o caminho do bem e por ter me dado uma educação, por me fazer ser uma pessoa forte com valores éticos, obrigada por não ter deixado eu desistir diante de todas as dificuldades.

Ao meu parceiro Odair Wionczak que foi um anjo que Deus me enviou, meu alicerce, meu confidente, meu porto seguro. Obrigada pelo ombro durante os choros na madrugada, por acreditar na minha capacidade, foi compreensivo em todas as vezes que foi preciso sacrificar os finais de semanas e as noites que precisei me dedicar à faculdade. O mais importante, meu profundo agradecimento por ter se dedicado dia e noite ao nosso filho João Vitor enquanto eu trabalhava e estudava, você foi fundamental para que eu concluísse o ensino superior.

Às minhas amigas que com certeza levarei para toda vida, Thassia, Thais, Keila, vocês foram imprescindíveis para a realização desse sonho, obrigada pela parceria, pelas trocas de experiência, pela ajuda nos momentos difíceis.

Ao meu orientador de campo de estágio o assistente social Celso Kubichem, obrigada pela oportunidade por acreditar no meu potencial, pela disponibilidade nos momentos que eu mais precisei.

A todos os trabalhadores do Centro Educativo Dom Bosco – CEDEB, obrigada por me ajudar nos momentos difíceis, em especial a Mayra que foi um grande suporte em todas as intervenções.

À Orientadora Rafaela Maia Gomes, obrigada pela dedicação, por disponibilizar suas madrugadas sanando minhas dúvidas, você é um ser humano

incrível e admiro muito, você é muito mais que uma orientadora, é uma amiga, e quero levar essa amizade para o resto da vida.

À professora Dulce Teresinha Heineck que foi um anjo que caiu do céu, muito obrigada por tudo que fez e faz por mim, obrigada pelos puxões de orelha, pelos ensinamentos pelos elogios, sou imensamente grata.

A professora Dalva Felipe, que me fez ter uma paixão pelo curso, pois no início quando eu pensei em trancar a faculdade a senhora foi uma grande incentivadora para eu deixar o Serviço Social entrar em minha vida.

Confesso que não foi fácil, trabalhar, estudar e ter um filho recém-nascido pra cuidar, a vontade de desistir foi muita. Deus me amparou em todos os momentos que precisei e me deu forças para continuar, foi necessário passar por todos os obstáculos para o meu amadurecimento e crescimento durante esses quatro (4) anos de academia.

Enfim, sou imensamente grata a todos que contribuíram diretamente e indiretamente para a Conclusão desse Curso.

“O trabalho pode ser um princípio formador e educativo ou algo profundamente alienador e desumanizador”

(FRIGOTTO, 1999, p. 9)

RESUMO

O Centro Educativo Dom Bosco atua como instituição qualificadora, capacitando os adolescentes para a inserção no mercado de trabalho. Para o CEDB exercer suas funções conta com a colaboração da comunidade, de empresários e das parcerias com as instituições. O objetivo é demonstrar a realidade dos adolescentes inseridos no CEDB bem como o papel da família no preparo destes para o mercado de trabalho, e qual o fator condicionante para essa inserção no mundo do trabalho. Como procedimento estudo de caso, e as técnicas para coletas de dados a observação, pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, análise dialética. Considerando que o papel da família é fundamental na concretização do sistema de garantias, há de ser considerado nos termos da nossa Lei Maior de 1988 que estabelece ser esta “a base da sociedade” e, portanto, compete a ela, juntamente com o Estado, a sociedade em geral e a comunidade, “assegurar à criança e ao adolescente o exercício de seus direitos fundamentais”. Nesse sentido o projeto do CEDB visa capacitar os adolescentes para que se insiram como aprendizes em atividades das empresas locais e assim pelo acompanhamento profissional do Serviço Social possam se desenvolver e gradativamente ir conquistando seu espaço profissional e ter seus direitos respeitados. Nesta mesma linha se torna impossível acompanhar o adolescente sem conhecer a família deste. Gueiros, (2002, p.57) descreve que “[...] é de suma importância o profissional de o Serviço Social conhecer a família na contemporaneidade, sempre compreendendo o seu papel e a forma na qual está inserida na sociedade para dar um atendimento de qualidade, buscando formas efetivas de proteção social que atendam as mais diversas formas familiares e não apenas a um único tipo familiar”. Por meio da observação atenta se entende que as famílias necessitam de um acompanhamento visando orientações que auxiliem a estas melhor preparo no trato das questões que envolvem os adolescentes principalmente em função do preparo para inserção no mundo do trabalho. O CEDB intervém buscando validar o que determina a Constituição de 1988 no Art. 227, “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Temos que reconhecer que a efetividade do sistema de garantias à proteção integral da criança e do adolescente em nosso país depende da consciência e da ação dos pais ou dos responsáveis e de todos os atores e agentes que integram a rede de atendimento e proteção.

Palavras- chave: Adultização. Adolescentes. Primeiro Emprego. Serviço Social

ABSTRACT

The Don Bosco Educational Center acts as a qualifying institution, enabling adolescents to enter the labor market. For the CEDB to carry out its functions, it counts on the collaboration of the community, entrepreneurs and partnerships with the institutions. The objective is to demonstrate the reality of the adolescents included in the CEDB as well as the role of the family in the preparation of these for the labor market. As a case study procedure, and techniques for data collection observation, documentary research, bibliographic research, dialectical analysis. Considering that the role of the family is fundamental in the realization of the system of guarantees, it must be considered under the terms of our Major Law of 1988, which establishes that this is "the basis of society" and, therefore, society in general and the community, "to assure the child and the adolescent the exercise of their fundamental rights". In this sense, the CEDB project aims to enable adolescents to enter as apprentices in activities of local companies and thus by the professional assistance of Social Work can develop and gradually gaining their professional space and have their rights respected. In this same line it becomes impossible to accompany the adolescent without knowing the family of this. Gueiros (2002, p.57) describes that "... it is of paramount importance for the Social Service professional to know the family in the contemporary world, always understanding its role and the way in which it is inserted in society to give a quality care, seeking effective forms of social protection that meet the most diverse family forms and not just a single family type. Through close observation it is understood that families need to be followed up with orientations that will help them prepare themselves better in dealing with the issues that involve adolescents, mainly due to their preparation for insertion in the work world. The CEDB intervenes in seeking to validate what the Constitution of 1988 establishes in Art. 227, "it is the duty of the family, society and State to assure to the child and the adolescent, with absolute priority, the right to life, health, education, leisure, professionalism, culture, dignity, respect, freedom and family and community coexistence, and to safeguard them from all forms of neglect, discrimination, exploitation, violence, cruelty and oppression ". We must recognize that the effectiveness of the system of guarantees for the integral protection of children and adolescents in our country depends on the awareness and action of parents or guardians and all actors and agents that make up the care and protection network.

Key Words: Adultization. Adolescents. First job. Social service

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Aplicação de questionário e entrevista.....	50
Figura 2- Alunos do curso de Aux. Administrativo.....	50
Figura 3- Alunos do curso de Mecânica de Motos.....	52
Gráfico 1- Gênero	53
Gráfico 2- Composição Familiar.....	54
Gráfico 3- Taxa de Desemprego.....	56
Figura 4- Apresentação do Palestrante.....	60
Figura 5- Palestra com o Assistente Social.....	62
Figura 6- Participantes da Palestra.....	63

LISTA DE ABREVIATURAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CEDB	Centro Educativo Dom Bosco
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CF	Constituição Federal
CMDCA	Conselho Municipal da Criança
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FUNABEM	Fundação de Bem-estar do menor
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
SEMAS	Secretária Municipal de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPITULO I.....	14
1.METODOLOGIA	14
1.1CONCEITO INICIAL.....	14
1.2 MÉTODO DE PROCEDIMENTO DE ESTUDO DE CASO.....	15
1.3 TÉCNICA DE COLETA DE DADOS.....	16
1.3.1 Observação.....	17
1.3.2 Entrevista.....	18
1.3.3 Pesquisa Bibliográfica.....	21
1.3.4 Pesquisa Documental.....	23
1.4 MÉTODO DE ANÁLISE DIALÉTICA.....	24
CAPÍTULO II.....	27
2. INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO: EXPRESSÃO DA QUESTAO SOCIAL.....	27
2.1 O MUNDO DO TRABALHO E SUAS MODIFICAÇÕES.....	27
2.2 REFLEXÃO HISTÓRICA DE INSERÇÃO DO ADOLESCENTES NO MERCADO DETRABALHOBRASEIRO.....	33
2.3 LEGISLAÇÃO EM RELAÇÃO A CONDIÇÃO DE APRENDIZ.....	38
CAPITULO III.....	45
3. RELATO DA PRÁTICA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NO CEDB.....	45
3.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO.....	45
3.2 ESTÁGIO DE OBSERVAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL.....	49
3.3 RELATO DE ESTÁGIO DE INTERVENÇÃO NO CEDB.....	51
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS.....	70
APÊNDICE.....	74

1. INTRODUÇÃO

Vivemos em um momento onde infelizmente a desigualdade social está reinando, a validação dos direitos estão cada vez mais escassos, e quando o assunto são os jovens, os direitos se minimizam ainda mais na atualidade.

A vida dos adolescentes foi marcada por muito desamparo e desrespeito. Desde que o mundo é mundo, existe o trabalho infanto-juvenil e foi através de muitas lutas sociais, e sofrimento que houve uma mudança nessa realidade. A sociedade civil fez com que o governo olhasse para o futuro dos adolescentes pela luta incessante por direitos.

O Estado e a sociedade são omissos quando se trata dos direitos dos adolescentes, o Estado pouco investe em educação, saúde, lazer, não contribui para que os adolescentes tenham oportunidade de melhor preparo para inserção como aprendiz no mercado de trabalho.

Quando se trata de família entendemos estas como grupo de pessoas unidas por laços de afetividade, esses laços são de sangue ou não. Diante dessa omissão do Estado, os adolescentes se veem na obrigação de ajudar no sustento da casa, e com isso acabam se tornando vítimas da adultização precoce, estes assumem responsabilidades e compromissos que não são próprios da idade.

No primeiro momento descreve-se a metodologia que foi guia para a coleta de informações no período de estágio em Serviço Social. Nesta parte discorre os métodos e técnicas de procedimento bem como o método de análise.

Na sequência aborda-se as transformações no mundo do trabalho e o contexto familiar. Nesse mesmo capítulo apresenta informações a respeito das leis que foram surgindo ao longo dos tempos com o fim de assegurar direitos das crianças e dos adolescentes.

Na última parte apresenta-se a instituição campo de estágio em Serviço Social e discorre as observações realizadas pela estagiária e relata as ações interventivas realizadas com os adolescentes na instituição campo de estágio.

CAPITULO I

1. METODOLOGIA

1.1 CONCEITO INICIAL

A metodologia trata do conjunto de métodos, técnicas e demais procedimentos que facilitam a caminhada do pesquisador em relação à investigação científica. A metodologia é fundamental para que o pesquisador avance em suas buscas teóricas e práticas sem perder tempo e para chegar a resultados relevantes tanto para a ciência quanto para a comunidade. De acordo com Marconi & Lakatos (2008, p.46),

[...] diríamos que a finalidade da atividade científica é a obtenção da verdade, por intermédio da comprovação de hipóteses, que, por sua vez, são pontes entre a observação da realidade e a teoria científica, que explica a realidade. O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Ao definir com clareza a metodologia, o pesquisador se mune de um instrumental que facilitará as buscas e o impulsionará a novas hipóteses que por vez se passam despercebidas caso não ocorra esse planejamento prévio do direcionamento metodológico a partir do objeto a ser investigado. De acordo com Minayo (2001, p.43),

A metodologia não só contempla a fase de exploração de campo (escolha do espaço da pesquisa, escolha do grupo de pesquisa, estabelecimento dos critérios de amostragem e construção de estratégias para entrada em campo) como a definição de instrumentos e procedimentos para análise dos dados.

A metodologia inicia com o questionamento do objeto e se torna essencial em todo o processo de buscas pois sem ela não se chega aos objetivos almejados. Porém é fundamental esclarecer que muitas vezes é preciso reavaliar os métodos e técnicas e mudar durante a caminhada com a finalidade de melhor contemplar a totalidade do objeto de pesquisa.

Quando descrevemos que a metodologia é o conjunto de métodos e técnicas nos referirmos aos métodos de procedimento com as devidas técnicas e instrumentos assim como o método de análise. "O método deriva da metodologia e trata do conjunto de processos pelos quais se tornam possível conhecer uma determinada realidade, produzir determinado objeto ou desenvolver certos procedimentos ou comportamentos" (OLIVEIRA, 1999, p.57). Como bem assinalam os autores Cervo & Bervian, (1996, p. 20),

O método não se inventa. Depende do objeto de pesquisa. Os sábios, cujas investigações foram coroadas de êxito, tiveram o cuidado de anotar os passos percorridos e os meios que os levaram aos resultados. Outros, depois deles, analisaram tais processos e justificaram a eficácia dos mesmos. Assim, tais processos, empíricos no início, transformaram-se gradativamente em métodos verdadeiramente científicos.

Assim como os métodos as técnicas são imprescindíveis para a realização de uma pesquisa de excelência. Para melhor entendimento da questão dos adolescentes que frequentam o projeto no CEDB - Centro Educativo Dom Bosco, será utilizado como método de procedimento o estudo de caso com as técnicas de observação e de entrevista além da pesquisa bibliográfica e método dialético para a análise de dados.

1.2 MÉTODO DE PROCEDIMENTO ESTUDO DE CASO

Para Cervo & Bervian (1996, p. 20), "[...] o método é a ordem que se deve impor aos diferentes processos necessários para atingir um fim dado ou um resultado desejado". Neste aspecto o estudo de caso se baseia no estudo aprofundado de determinados objetos, para que se possa ter um conhecimento detalhado sobre este e assim ampliar a capacidade de análise. Porém os autores chamam a atenção para o fato de que essa análise individualizada fornece uma facilidade para o acometimento de generalizações. Gil (2002, p.55) esclarece que "os propósitos do estudo de caso não são os de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população, mas sim o de proporcionar uma visão global do problema ou de identificar possíveis fatores que o influenciaram ou são por ele influenciados". De acordo com Yin, (2005, p. 32), o estudo de caso,

É uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos e no qual são utilizadas várias fontes de evidência.

Percebe-se que o estudo de caso é também um método de intervenção que pode ser utilizado pelos assistentes sociais dependendo da realidade que estes almejem melhor conhecer. Conforme GIL (1991, p. 59), “sua difusão, entretanto, está ligada à prática psicoterapêutica caracterizada pela reconstrução da história do indivíduo, bem como ao trabalho dos assistentes sociais junto a indivíduos, grupos e comunidades”.

Portanto o objetivo do estudo de caso é o de obter uma visão geral do problema e identificar quais fatores precisam melhor ser estudados ou investigados para que se encontrem alternativas de encaminhamentos para a solução ou prevenção de futuros casos que prejudiquem os usuários dos serviços sócio assistenciais nas instituições ou nos projetos que estão inseridos.

No Centro Educativo Dom Bosco – CEDB se utiliza desse método para melhor compreender como ocorre o trabalho do assistente social e da equipe do Projeto nas orientações e encaminhamentos dos adolescentes para que estes melhor se preparem para a futura inserção no mundo do trabalho, nesse mesmo aspecto entender o perfil dos adolescentes bem como seus anseios e desafios enquanto cidadãos em desenvolvimento. Estudar o caso dos adolescentes e sua relação com o mundo do trabalho é complexo, pois significa perceber as contradições que a sociedade, a família e as próprias instituições possuem e impõem aos adolescentes e jovens em desenvolvimento compreenderem para poder inserir-se nesse processo.

1.3 TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

As técnicas que podem ser usadas em um estudo de caso são diversas e exige um debruçar dos pesquisadores em relação à análise do objeto em estudo para que se faça a opção mais adequada à coleta de informações. Caso as técnicas

não sejam bem planejadas elas em vez de auxiliar limitarão a agilidade das buscas por dados teóricos e prático a cerca do objeto investigado.

Entre as técnicas por nós selecionadas estão a observação, a entrevista com uso de questionário, a pesquisa bibliográfica, entre outras com os devidos instrumentos de coleta.

1.3.1 Observação

A observação é uma técnica essencial tanto na pesquisa científica, quanto na intervenção profissional do assistente social, pois o observador tem como finalidade realizar uma investigação para que possa colher mais dados a respeito daquele caso delimitado e assim compreender o contexto do problema para continuar as análises ou intervenções.

Segundo Marconi& Lakatos (2008, p.159), esta técnica é “uma fonte rica para a construção de hipóteses é a observação que se realiza dos fatos ou da correlação existente entre eles”.As autoras descrevem que ao utilizar a observação, falamos de uma fonte de dados para análise, porque é nela que adquirimos dados fundamentais para se tornar a pesquisa mais evidente no processo de interação observacional. Gil (2008, p.119), ressalta que,

A observação nada mais é que o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano. [...] apresenta como principal vantagem, em relação a outras técnicas, a de que os fatos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação. Desse modo, a subjetividade, que permeia todo o processo de investigação social, tende a ser reduzida.

A observação leva o pesquisador, profissional ou estagiário a aguçar todos os sentidos visando captar todos os fatores que se manifestam naquela dada realidade a fim de poder anotar tudo o que auxiliará na compreensão do problema em estudo. Para Cervo e Bervian (1996, p. 24), “é dela que depende o valor de todos os outros processos. Sem a observação, o estudo da realidade e de suas leis reduzir-se-á à simples conjectura e adivinhação”. Para a compreensão de um objeto em sua totalidade é preciso ir além do aparente e ser capaz do olhar investigativo em relação à realidade que está inserido. Para Marconi& Lakatos (2008, p.275),

A observação ajuda o pesquisador na identificação e obtenção de provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. Desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta, e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade. É o ponto de partida da investigação social.

A observação poder ser o ponto de partida e perdurar por todo o desenvolvimento do trabalho instigando sempre novas hipóteses e descobertas. Gil (2006, p. 121) destaca que “embora não existam regras fixas acerca do que observar, há itens que, em virtude de serem significativos, costumam ser considerados pelos pesquisadores como os sujeitos, o cenário e o comportamento social”. O autor descreve que o estabelecimento de relações entre os fatos no dia-a-dia é que fornece os indícios para a solução dos problemas propostos pela ciência. O bom observador anda sempre com seu diário de campo para poder anotar os fatos em tempo real. De acordo com Minayo, (2007, p.71),

O principal instrumento de trabalho de observação é o chamado diário de campo, que nada mais é que um caderninho, uma caderneta, ou arquivo eletrônico no qual escrevemos todas as informações que não fazem parte do material formal de entrevistas em suas várias modalidades.

Considerando todas as particularidades, sua relevância no processo de construção do problema, hipóteses e outros elementos no processo de pesquisa, a observação no período de estágio em Serviço Social, se constitui em elemento chave para o estagiário melhor entender o que se passa na realidade e assim planejar sua ação juntamente com os profissionais. Marconi & Lakatos (1982, p.137) afirmam que “a observação é uma fonte rica para a construção de hipóteses é a observação se realiza dos fatos ou da correlação existente entre eles. As hipóteses terão a função de comprovar (ou não) essas relações”. A observação envolve atitude inquieta do estagiário e assim foi o que ocorreu conosco em relação aos adolescentes inseridos no CEDB, pois com o uso da observação conseguimos perceber as dificuldades enfrentadas pelos adolescentes e seus familiares assim como as limitações e desafios institucionais no trabalho com o grupo.

1.3.2 Entrevista

A finalidade da entrevista é sempre de obter o máximo de informações sobre os fatos em estudo, de forma sistemática, isto é com roteiro preestabelecido para não perder tempo e nem correr risco de tornar enfadonho em relação ao entrevistado. De acordo com Marconi & Lakatos (2008, p.278),

O principal interesse do pesquisador é conhecer o significado que o entrevistado dá aos fenômenos e eventos de sua vida cotidiana, utilizando seus próprios termos. A entrevista permite o tratamento de assunto de caráter pessoal. Todavia, seria aconselhável o uso de um roteiro simples, que guie o entrevistador pelos principais tópicos, caso ele seja iniciante.

O entrevistador precisa ter um preparo teórico em relação ao objeto de estudo assim como também possuir discernimento em relação às atitudes éticas no que diz respeito ao entrevistado para não cometer deslizos e nem aumentar o problema em vez de contribuir para uma possível solução. De acordo com Gil (1994, p.13),

(...) pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. Mas especificamente, é uma forma de dialogo assimétrico, em que uma das partes busca coleta dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Na entrevista se tem como objetivo entender as necessidades do entrevistado sem prejulgamentos. A entrevista é também um instrumento de trabalho do assistente social a qual ele utiliza para manter contato direto com o usuário dos serviços sócio assistenciais. Em caso de anotações é imprescindível que o profissional informe ao usuário sobre as anotações e o motivo, pedindo assim a sua permissão para a realização, se o usuário negar, o profissional deve respeitar. Para Minayo (2007, p.64),

A entrevista, tomada no sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes, para um objeto de pesquisa e a abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a estes objetivos.

Então se entende que a entrevista não é uma simples conversa, é por ela que o entrevistador irá captar todas as informações que não conseguiu encontrar em registros e nem pela observação. Lakatos & Marconi, (2010, P.178), ressaltam que,

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

Os autores Cervo & Bervian (1996, p. 136), reforçam que “a entrevista não é simples conversa. É conversa orientada para um objetivo definido: recolher, através do interrogatório do informante dados para a pesquisa”. Nesse sentido a entrevista foi utilizada no CEDB para aprofundar-se na realidade da investigação.

Segundo Sperotto (2009, p.46), a entrevista “é um instrumento que acompanha o profissional desde o primeiro contato com o usuário até o encerramento da intervenção”. Com os estagiários também não é diferente tanto a observação quanto a entrevista são técnicas essenciais para a compreensão da realidade.

De acordo com Magalhães (2006, p.48), a entrevista implica relacionamento profissional em todos os sentidos “na postura atenta e compreensiva, sem paternalismos; na delicadeza do trato com o usuário do serviço, ouvindo-o, compreendendo-o e, principalmente, enxergando-o como um sujeito de direitos”.

A entrevista é um meio de o pesquisador conhecer a vida dos pesquisados e requer do pesquisador um preparo para em nenhum momento constranger ou julgar o entrevistado. É preciso também utilizar uma linguagem adequada à realidade do mesmo para que este compreenda o que está sendo indagado. Magalhães (2006, p.49) destaca que “[...] as linguagens são expressas também por gestos, olhares, tom de voz..., o que implica atenção e cuidado do profissional no momento da entrevista”. Esse cuidado é exatamente para não expressar por gestos certos julgamentos que ficarão perceptíveis pelo entrevistado e causarão desconforto.

Portanto a entrevista no momento do estágio e também para o profissional de Serviço Social no Centro Educativo Dom Bosco é importante, pois facilita a obtenção de informações para compreender as necessidades e perspectivas de cada um dos

participantes do projeto. Para a realização da entrevista foi utilizado o questionário como instrumento de coleta de dados.

O questionário é um instrumento desenvolvido cientificamente, composto de um conjunto de perguntas ordenadas de acordo com um critério predeterminado, que deve ser respondido sem a presença do entrevistador (Marconi & Lakatos 1999, p.100). Para o sucesso dessa etapa da pesquisa é fundamental que os dados coletados em sigilo atendam às necessidades do objeto para facilitar a análise.

O questionário apresenta as seguintes características: Deve ser a espinha dorsal de qualquer levantamento, deve reunir todas as informações necessárias, deve possuir linguagem adequada. Os questionários geralmente são utilizados para a obtenção de grandes quantidades de dados, geralmente para análises qualitativas. Nesse caso, o informante escreve ou responde por escrito a um elenco de questões que devem ser cuidadosamente elaboradas (RUIZ, 1996, p. 51).

Neste sentido o questionário consistiu em um conjunto de perguntas voltadas aos adolescentes a fim de uma abordagem mais prática para que pudéssemos melhor compreender a sua realidade.

1.3.3 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

A pesquisa bibliográfica é também fundamental desde os primeiros passos para a construção de um trabalho e dá continuidade após a escolha do tema, pois, a partir daí terá uma base consistente para começar a escrever sobre o assunto desejado e facilita a compreensão do conjunto de novas informações. Segundo o autor Gil (2002, p.44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de um material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.”. No qual ele complementa (2002, p.45), “[...] a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto [...]”.

A bibliografia já existente e com comprovação científica disponível nas bibliotecas físicas e online são fontes ricas de conhecimento que precisam ser utilizadas pelos pesquisadores em todo o processo de buscas pela ciência e também na intervenção profissional na realidade. De acordo com Ruiz (1982, p.58),

Bibliografia é o conjunto dos livros escritos sobre determinado assunto, por autores conhecidos e identificados ou anônimos, pertencentes à correntes de pensamento diversos entre si, ao longo da evolução da Humanidade. E a pesquisa bibliográfica consiste no exame desse manancial, para levantamento e análise do que já se produziu sobre determinado assunto que assumimos como tema de pesquisa científica.

Entendemos que a pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. utilizam-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Ao recorrer à bibliografia existente é que fomos desafiados a melhor compreender as relações no mundo do trabalho bem como o que espera pelos adolescentes na contemporaneidade. Segundo Fonseca apud Gerhardt & Silveira, (2002, p. 32).

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

Nesse contexto percebe-se que são as fontes teóricas rigorosas que darão base para a compreensão da realidade dos adolescentes e instigará a novas referências necessárias para adquirir conhecimentos do contexto e assim poder planejar a intervenção. Minayo (2012, p.56) destaca que a pesquisa bibliográfica deve ser,

Disciplinada porque devemos ter uma prática sistemática – um critério claro de escolha dos textos e autores. [...] Crítica porque precisamos estabelecer um diálogo reflexivo entre as teorias e outros estudos com o objeto de investigação por nós escolhidos [...] Ampla porque deve dar conta do “estado” atual do conhecimento sobre o problema.

A pesquisa bibliográfica precisa também de uma atenção do pesquisador para extrair dela aquilo que realmente se refere ao objeto de estudos e não se perder no caminho desviando a atenção para outros fatores os quais não levem ao tema de estudos daquele espaço de tempo. Lakatos & Marconi (1992, p. 44) ressaltam que a finalidade da pesquisa bibliográfica “[...] é a de colocar o pesquisador em contato

direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto, com o objetivo de permitir ao cientista o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações”.

Sendo assim a pesquisa bibliográfica em relação à temática adolescente e inserção no mundo do trabalho muito auxiliou no momento do estágio no CEDB e também para as análises das documentações que se referem a esse tema.

1.3.4 PESQUISA DOCUMENTAL

A pesquisa documental assemelha-se à pesquisa bibliográfica, seus métodos e técnicas são muitos parecidos. Mas o que a diferencia da pesquisa bibliográfica é a fonte onde será extraído o material. Conforme Gil (2007, p. 46),

O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas cabe considerar que, enquanto na pesquisa bibliográfica as fontes são construídas sobretudo por material impresso localizado nas bibliotecas, na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas.

As autoras Marconi & Lakatos (1986, p.56) evidenciam tal afirmação quando escrevem que “documentos de modo geral são todos os materiais que podem servir como fonte de informação para a pesquisa científica e que ainda não foram elaborados”. Estes são considerados como uma forma primária, aqueles de primeira mão, proveniente dos próprios órgãos que realizaram as observações, encontrados em arquivos públicos, arquivos particulares, fontes estatísticas ou fontes não escritas. O autor Gil (2002 p.46) esclarece,

[...] na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas dispersas. Há, de um lado, os documentos “de primeira mão”, que não receberam nenhum tratamento analítico. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. Incluem-se aqui inúmeros outros documentos [...].

A pesquisa documental no campo de estágio, ou seja, no CEDB voltou-se para investigar nos arquivos da instituição tais como: formulários, arquivos que

dizem respeito aos adolescentes e seus familiares com a finalidade de ampliar conhecimentos prévios destes. Para Severino, (2007, p.124)

A pesquisa documental é toda forma de registro e sistematização de dados, informações, colocando-os em condições de análise por parte do pesquisador. Pode ser tomada em três sentidos fundamentais: como técnicas de coleta, de organização e conservação de documentos; como ciência que elabora critérios para coleta, organização, sistematização, conservação, difusão dos documentos; no contexto da realização de uma pesquisa, é técnica de identificação, levantamento, exploração de documentos fonte do objeto pesquisado e registro das informações que serão utilizadas no desenvolvimento do trabalho .

A pesquisa documental complementa a pesquisa bibliográfica e vice e versa além de fornecer base para novas hipóteses e para o uso também de novas técnicas de coleta de dados em relação ao tema investigado. Os autores Gaio, Carvalho & Simões, (2008, p.148) afirmam que,

Para pesquisar precisamos de métodos e técnicas que nos levem criteriosamente a resolver problemas. [...] é pertinente que a pesquisa científica esteja alicerçada pelo método, o que significa elucidar a capacidade de observar, selecionar e organizar cientificamente os caminhos que devem ser percorridos para que a investigação se concretize.

Portanto, entendemos que pesquisa documental é uma técnica relevante para quem se insere nas instituições com o olhar de ampliar conhecimentos e desejoso de intervir na realidade para a mudança ou transformação. Para que ocorra mudança ou transformação do contexto dos adolescentes em função do mundo do trabalho é preciso um olhar crítico e por isso a opção é pela análise dialética da realidade.

1.4 MÉTODO DE ANÁLISE DIALÉTICO

O método dialético foi escolhido devido ao fato de se considerar o mais adequado para a interpretação da realidade dos adolescentes bem como das contradições enfrentadas pelos profissionais nas instituições que atendem as demandas da sociedade, neste caso o CEDB. De acordo com Marconi & Lakatos (2008, p. 85),

O processo da dupla negação engendra novas coisas ou propriedades: uma nova forma que suprime e contém, ao mesmo tempo, as primitivas propriedades. O ponto de partida é a tese, proposição positiva: essa

proposição se nega ou se transforma em sua contrária - a proposição que nega a primeira é a antítese e constitui a segunda fase do processo; quando a segunda proposição, antítese, é negada, obtém-se a terceira proposição ou síntese, que é a negação da tese e antítese, mas por intermédio de uma proposição positiva superior - a obtida por meio da dupla negação.

A dialética permite aos estudantes e profissionais dialogarem com a realidade nas quais se inserem e de forma crítica compreender o que se passa naquele dado contexto buscando alternativas de ação que melhor respondam aos anseios desse público que procura a instituição.

Para Lakatos & Marconi (2006, p.106), o método dialético “Penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade”. Entende-se, que a alma do fenômeno seria exatamente esse conceito de antíteses, conceito esse que se alimenta da estrutura do conflito social tornando-se também marca estrutural da história e que caminha por antíteses. Para Marx (1890, p.16),

O método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento, - que ele transforma em sujeito autônomo sob o nome de ideia, - é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado.

A interpretação dialética da realidade permite ir à essência dos fenômenos em estudo para captar o que se encontra oculto, mas que é fundamental para a compreensão do problema e avanço do conhecimento sem perder de vista as singularidades dos sujeitos que estão ligados ao problema. Nesse mesmo pensamento Demo (2014, p.120) descreve que,

O desafio da dialética está em equilibrar os fatores fundamentais da relação teórica e prática. De um lado, não pode perder de vista seu horizonte histórico, considerado geralmente sua alma, sua razão de ser [...] De outro, não pode introduzir o voluntarismo, que já seria o abandono de qualquer possibilidade de tratamento científico.

Nesse sentido, a dialética como fruto das ações humanas considera o movimento sócio histórico na construção da realidade e para além da realidade aparente, em que cada momento histórico traz consigo uma forma particular de compreensão e instiga a novas buscas mais sistematizadas. Para Gil (1999, p.32),

A dialética é a interpretação dos fenômenos naturais e sociais e sua principal substância é a contradição, é nela que se consegue chegar à essência, ela nos leva a realidade da história, também fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc.

A dialética por suas características possibilitou e possibilita às ciências sociais desenvolvimento, pois os fenômenos sociais são mutáveis, nem sempre se pode aprendê-los, através de outros métodos. A dialética permite a reflexão dinâmica da teoria e a visão processual dos fatos onde podem ocorrer mudanças constantemente. Segundo Konder, (2004, p.36),

Dialeticamente qualquer objeto que o homem possa perceber ou criar é parte de todo no qual se pensa as partes contendo as contradições que estão por natureza inseparavelmente ligadas à totalidade. Nisto, a apreensão da realidade social a partir da análise crítica se dá por meio, da procura da compreensão e de interpretações dos dados a luz de uma teoria.

Nesse aspecto utilizamos a análise dialética por entender que o objeto de estudos que se refere à questão dos adolescentes e sua inserção no mundo do trabalho possui uma dinamicidade que converge para constantes mudanças e também para a necessidade de transformação dessa realidade a qual estes convivem em seu cotidiano.

CAPÍTULO II

2 INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

2.1 O MUNDO DO TRABALHO E SUAS MODIFICAÇÕES

O trabalho é uma prática que significa dignidade do ser humano perante a sociedade, desde muito tempo temos a informação de que o trabalho nos faz cidadãos de bem e isso se torna cultural, pois vai passando de geração para geração e quando falta acesso significa colocar a população em fragilização. Aranha, (1996, p.49) destaca que,

O trabalho – que é a ação transformadora do homem sobre a natureza – modifica também a maneira de pensar, agir e sentir, de modo que nunca permanecemos os mesmos ao fim de uma atividade, qualquer que ela seja. É nesse sentido que dizemos que, pelo trabalho, o homem se autoproduz, ao mesmo tempo em que produz sua própria cultura.

Na sociedade contemporânea nós temos a necessidade de obter uma ocupação com remuneração, pois o trabalho remunerado é o meio de sobrevivência, ou seja, vender a força de trabalho em troca de salário para a manutenção da sobrevivência. De acordo com Iamamoto & Carvalho, (2011, p. 45),

Para sobreviver, o homem precisa produzir os seus meios de subsistência e, para isso, tem que dispor dos meios necessários à sua produção. Quando o trabalhador está desprovido dos meios de subsistência. À medida que estes se contrapõem ao trabalhador, como propriedade alheia monopolizados por uma parte da sociedade – a classe capitalista – não lhe resta outra alternativa senão vender parte de si mesmo em troca do valor equivalente aos meios necessários para sua subsistência e de sua família, expressos através da forma do salário. A condição histórica para o surgimento do capital e o pressuposto essencial para a transformação do dinheiro em capital é a existência no mercado da força de trabalho como mercadoria.

Na década de 20 e 30, foi um marco para a economia Brasileira, de um lado os cafeicultores perdendo seu espaço e do outro o início da Revolução industrial impulsionando o crescimento do proletariado na área urbana. Foi à partir dessa Revolução que houve um passo importante para o crescimento econômico no País, pois foram se formando pequenas e grandes empresas para o processo tanto na

manufatura como no café, e por outro lado trouxe algumas consequências, pois várias famílias se viam a mercê do capitalismo. Com o intuito de prover a alimentação da família muitas crianças e também mulheres eram mandados para as fábricas, as tecelagens e até mineradoras se enriqueciam com o trabalho exploratório, com a jornada de trabalho que chegava a 18 horas por dia. Pragmatismo (2017, s/p). Nesse sentido Oliveira (2009, p.316) esclarece que,

As condições físicas de trabalho nas pequenas indústrias, muitas de dimensão familiar, eram piores do que nas manufaturas sem falar nas arbitrariedades, castigos a que ficavam sujeitas, trabalhando longo tempo sob denominação de “aprendizes”, sem sê-lo, de fato.

A sociedade passa por grandes transformações e inovações, porém um assunto que não tem acompanhado as mudanças, é a questão da mão de obra do trabalhador, desde a era da Revolução Industrial o proletariado não tem o seu próprio reconhecimento de trabalho, pois não usufrui do produto produzido entre outros fatores, ou seja, o trabalho tem se tornado somente uma fonte de renda suficiente ou não para suprir as necessidades da família. Mises Brasil. (2018, s/p)

Com a invenção das máquinas, o Estado teve a necessidade de se adequar com um novo meio de produção, porém nesse novo meio de produção houve também a exploração quanto à mão de obra. Os trabalhadores vendiam sua força de trabalho e enriqueciam os donos dos meios de produção concentrando a mais-valia, ou seja, a ação do Estado era mínima. Para Antunes (2009, p 33),

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão.

Diante dessa crise que instaurou no país, a classe trabalhadora tinha cada vez mais longas jornadas de trabalho e baixa remuneração. O proletariado percebeu a exploração em relação a seu trabalho bem com a ausência de direitos, começa a

articulação da sociedade civil na reivindicação de direitos. Piana (2009, p.25)

esclarece que,

Mediante esses princípios defendidos pelos liberais e assumidos pelo Estado capitalista, o enfrentamento da questão social, neste período, foi sobretudo repressivo, e seguido de algumas mudanças reivindicadas pela classe trabalhadora que foram melhorias tímidas e parciais na vida dos trabalhadores, sem atingir as causas da questão social.

No período da década de 60, os protestos da classe trabalhadora eram árduos e a busca por melhores condições de vida eram constantes. Com a implantação do Estado de bem-estar-social mostrou que não funcionavam aos mais pobres, ao contrário aumentavam a desigualdade social. Essa visão de bem-estar tinha a intenção de igualar a toda sociedade, saúde, educação, emprego, porém na prática não funcionava assim, quem saíam como beneficiária era a classe burguesa (MODESTO, 2018, p.29).

O Estado de bem estar social era um acúmulo de produção em massa e produzir em menos tempo. Entretanto, como não funcionava esse bem estar, o Estado entrou-se em crise e foi aí que se instaurou mais ainda o desemprego, a violência, o aumento de epidemias e foi necessário uma mudança na visão estrutural econômica. De acordo com lamamoto, (2001, p.31),

[...] busca-se uma flexibilidade no processo de trabalho, em contrapartida à rigidez da linha de produção, da produção em massa e em série; uma flexibilidade do mercado de trabalho, que vem acompanhada da desregulamentação dos direitos do trabalho, de estratégias de informalização da contratação dos trabalhadores; uma flexibilidade dos produtos, pois as firmas hoje não produzem necessariamente em série, mas buscam atender as particularidades das demandas dos mercados consumidores e uma flexibilidade dos padrões de consumo.

A resistência da classe trabalhadora aumentou e iniciou as greves dos operários, ocorreu ainda a fuga do trabalho e o descontentamento generalizado do proletariado. Os trabalhadores se uniram com as entidades sindicalistas em prol dos direitos. Bernardo (1996, p.19-20),

[...] fora das instituições sindicais e dos mecanismos de negociação legalmente instituídos, sendo por isso denominadas greves “selvagens” e que ficaram conhecidas como movimentos autônomos. Nessas condições, ao exercerem um controle direto sobre as lutas, os trabalhadores nas décadas de 1960 e 1970 mostraram que a questão decisiva não diz respeito à mera propriedade formal do capital [...], às relações de propriedade, mas à

própria forma como são organizadas as relações sociais de trabalho. Em numerosíssimos casos os trabalhadores, naquelas décadas, prosseguiram a sua luta ocupando as empresas, e mantiveram-nas eles próprios em funcionamento, prescindindo dos patrões e dos administradores. Mas como o controle do movimento era diretamente assegurado pela base, os trabalhadores, ao tomarem decisões sobre a atividade produtiva, necessariamente violaram a disciplina instituída e começaram a remodelar as hierarquias internas da empresa. Durante o período em que estiveram nas mãos dos trabalhadores, as empresas alteraram as suas formas de funcionamento e reorganizaram-se internamente. Os trabalhadores não se limitaram a reivindicar o fim da propriedade privada. Mostraram na prática que eram capazes de levar o processo revolucionário até um nível muito mais fundamental, que é o da alteração das próprias relações sociais de trabalho e de produção.

A ideia do proletariado era de obter o controle do seu trabalho e usufruir o que era produzido assim como a classe capitalista. Porém não conseguiram ir além, pois existiam barreiras, não era fácil romper uma estrutural organizacional que já existia a qual calcada na proteção do capital pelos donos dos meios de produção. Com o surgimento das novas tecnologias ocorreu à auto-organização do trabalho e alterou as relações de trabalho no sistema capitalista.

A classe trabalhadora tinha se mostrado capaz de controlar não só o movimento reivindicatório, mas o próprio funcionamento das empresas. Eles demonstraram, que não possuem apenas uma força física, mas também de inteligência, iniciativa e capacidade organizacional. Os capitalistas compreenderam então que, em vez de se limitar a explorar a força física de trabalho dos trabalhadores, iriam explorar a inteligência, a criatividade, o modo organizacional. Com a era da tecnologia, computadorizadas perceberam que se os trabalhadores exercerem funções administrativas poderiam se tornar polivalente e mais uma vez praticaram a exploração do trabalhador. Antunes (2009, p.34)

No início da década de 80 houve novamente forte avanço na tecnologia e as empresas tiveram que se adequar instantaneamente e isso incluía nos padrões administrativos das empresas. De acordo com Soulé (2004, p. 47), a utilização de novas tecnologias existentes, cada vez mais baseadas em tecnologias da informação, tornou a mudança na maneira de pensar e agir das empresas, ocasionando fortes impactos sobre o trabalho e, principalmente para o trabalhador. O crescimento do trabalho informal aumentou, e subsequente o crescimento para o trabalho autônomo, ou seja, o empregado passou a ser o empregador. Porém

mesmo assim não foi possível combater a crise que se instalava naquele período difícil, foi o momento onde houve um aumento gradativo dos grupos sindicalistas e a luta pela igualdade de classe.

Na década de 90 houve uma reviravolta, foi nesse período que ocorreram as transformações no mundo do trabalho em relação a validação dos direitos dos trabalhadores com a reestruturação de produção que já ocorriam nos Países desenvolvidos, e essas mudanças teve o acompanhamento do movimento sindical (SCIELO, 2005, s/p).

Com o processo de globalização, que funciona como a expansão da economia que inclui vários países de primeiro mundo facilitando os rendimentos dos envolvidos, porém o Brasil não se enquadrava nesse cenário, não era de primeiro mundo e os avanços da tecnologia chegavam atrasados, a “globalização diz respeito a todos os envolvidos por meio dos quais os povos do mundo são incorporados em uma única sociedade mundial, a sociedade global” (IANNI, 1999, p. 248). Segundo Alves (1998, p.131),

[...] uma política industrial centrada na abertura comercial, e pelo novo impulso no processo de privatização, desregulamentação e flexibilização das relações trabalhistas, austeridade no gasto público, reestruturação das políticas sociais [...].

Nesse período o Brasil apresentava uma fase com bastante desigualdade social, marcado pelo crescimento das políticas neoliberais onde a atuação do Estado era mínima e havia resistência em massa do proletariado frente às propostas neoliberais. De acordo com Soares (2001, p.174), as políticas neoliberais,

[...] gerou um sem número de novas formas de exclusão social, na medida em que agravou as condições de emprego e trabalho (informalização, diminuição dos salários e corte dos, já reduzidos, direitos sociais) e criou um desemprego cuja dimensão supera qualquer outra marca histórica já vista no Brasil.

Com o aumento das privatizações, o relaxamento das leis trabalhistas ocorre a fragilização dos sindicatos, aumentando mais ainda a tensão e segurança da classe trabalhadora. Iamamoto (2004, p. 33) nos afirma que,

A insegurança no mercado de trabalho, a insegurança no emprego, a insegurança na renda, a insegurança na contratação, a insegurança na representação do trabalho, na organização sindical e na defesa do trabalho [...] assume particularidades mais graves, visto que ao desemprego, resultante das novas tecnologias, soma-se o persistente desemprego estrutural, as relações de trabalho presididas pela violência, a luta pela terra, o trabalho noturno, as relações de trabalho clandestinas, o trabalho escravo, que passam a adquirir certa “máscara de modernidade” nesse país.

Sendo assim fica cada vez mais evidente que esse período foi e maior desigualdade social, desemprego, insegurança, a precarização do trabalho, a exploração, e a fome. Em outras palavras a globalização servia apenas para a expansão das empresas e a geração de lucro. De acordo com Silva (2000, p. 60),

Essa globalização implica, dentre outras coisas, o desenvolvimento de uma nova divisão transnacional de trabalho. Tudo que antes se apresentava como nacional desempenha, agora função global. O capital, a tecnologia, a força de trabalho, a divisão internacional do trabalho, o mercado, o planejamento e a violência organizada e concentrada expandem-se por diferentes lugares do mundo.

A tecnologia, a era da informática, os meios de comunicação, os aparelhos midiáticos abrem espaço para a dinamização das forças produtivas criando formas rápidas, instantâneas e abrangentes de produção e reprodução material e cultural. Como afirma Ianni (1996, p. 155),

No âmbito da fábrica global criada com a nova divisão transnacional do trabalho e produção, a transição do fordismo ao toyotismo e a diminuição do mercado mundial, tudo isso amplamente favorecido pelas tecnologias eletrônicas, nesse âmbito colocam-se novas formas significadas do trabalho. São mudanças quantitativas e qualitativas que afetam não só os arranjos e a dinâmica das forças produtivas, mas também a composição e dinâmica da classe operária.

Nos anos 2000 houve certo rompimento do cenário da década de 90, a economia Brasileira voltava a crescer e a geração de emprego estava dando um passo importante. Mesmo todo cidadão sendo amparado pela CLT e CF o trabalhador precisava ser “empregável”, ou seja, estar apto ao mercado de trabalho, ter competência e formação para desenvolver determinadas atividades, era preciso investimento em educação atribuída ao indivíduo para esse atender as demandas do mercado(IPEA, 2000).

Dessa forma, mesmo que os trabalhadores reúnam as competências necessárias para serem inseridos no mercado de trabalho, podem não conseguir a inserção por não terem desenvolvido o “saber-ser”. “Este “saber-ser” é cada vez mais importante num contexto histórico em que o emprego ou o subemprego é a bandeira de luta principal dos trabalhadores” (HOLANDA, et al 2009, p. 131).

Podemos perceber que nos dias de hoje que para um trabalhador ter um bom salário para suprir as necessidades de sua família, é preciso ter estudo e qualidade, com qualificação para o mercado de trabalho. Entretanto, o mercado está tão exigente quanto a qualificação da classe trabalhadora que às vezes nem se obtendo um curso superior consegue ser inserido no mundo do trabalho. Pochmann (2000, p.48) nos afirma que, “Os novos requisitos profissionais indispensáveis ao ingresso e a permanência no mercado de trabalho em transformação, seriam passíveis de atendimento somente através de um maior nível educacional dos trabalhadores.”

Com a precarização das condições de trabalho, infelizmente o trabalhador se encontra em um período que não se pode escolher uma ocupação e muita vez acaba aceitando trabalhos precários e sem valorização.

2.2 REFLEXÃO HISTÓRICA DE INSERÇÃO DE ADOLESCENTES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Analisando a história social da infância no Brasil no período da Revolução Industrial, especificamente a partir da década de 30, se observa inúmeras histórias que cercam a vida das crianças e adolescentes, histórias essas repletas de exploração e violência. Sabe-se ainda existe no Brasil o trabalho escravo e informal para os adolescentes. Quando se fala sobre a Revolução Industrial temos que analisar as duas faces da história.

A primeira é a vida das crianças da burguesia, onde o seu único dever era brincar, estes eram de classe alta da nobreza e analisar a vida das crianças do proletariado, da família camponesa, da classe baixa e a vida dessa família que o capital impôs. A Revolução Industrial deu um salto na economia Brasileira e analisando esse cenário se entende os reais motivos. A burguesia queria mão de

obra barata e as crianças eram expostas a qualquer tipo de trabalho incluindo usar seu próprio corpo pequeno na condução de trabalhos insalubres, locais de difícil acesso, sua jornada de trabalho era longa e árdua, cansativa e exploratória. Marx (1982, p.90) evidencia que,

O emprego das máquinas torna supérflua a força muscular e torna-se meio de emprego para operários sem força muscular, ou com um desenvolvimento físico não pleno, mas com uma grande flexibilidade. Façamos trabalhar mulheres e crianças! Eis a solução que pregava o capital quando começou a utilizar-se das máquinas. [...] O trabalho forçado em proveito do capital substituiu os brinquedos da infância e mesmo o trabalho livre, que o operário fazia para a sua família no círculo doméstico e nos limites de uma moralidade sã.

Com os salários baixos e a dura jornada de trabalho o provedor da família já não conseguia abastecer toda a família e foi preciso todos os membros da família, incluindo as crianças que encaravam a dura jornada de trabalho junto às fabricas. Nessa época, o estado mínimo significava a não participação do Estado em relação aos direitos dos trabalhadores, ou seja, não existia uma lei para amparar o trabalho infantil e os demais trabalhadores. Sendo assim, as condições de trabalho nas quais foram submetidas essas crianças eram realmente desumanas, pois além da jornada de trabalho desgastante e dos diversos acidentes de trabalhos ocorridos, eles eram submetidas à realização das atividades em locais insalubres e perigosos (MOURA 1999, p. 40). Para Gomes e Gottschalk (2006, p.420),

O emprego de [...] crianças na indústria nascente representava uma sensível redução de custo de produção, a absorção de mão-de-obra barata, em suma, um meio eficiente e simples para enfrentar a concorrência. Nenhum preceito moral ou jurídico impedia o patrão de empregar em larga escala a mão-de-obra feminina e infantil.

Com a busca incansável pelo lucro a burguesia trouxe um dano irreparável para as crianças, um dano mental e físico. As crianças eram expostas a qualquer tipo de trabalho e o ambiente insalubre, tinham contato com produtos químicos, inalação de fumaças, dores e até envenenamento, os acidentes de trabalho eram altíssimo e consequentemente aumentava o número de mortalidade infantil. A dura jornada de trabalho chegava a 14 horas, não tinham o direito de frequentar a escola provocando dano intelectual exorbitante nos pequenos trabalhadores. Antunes (2009, p.18).Moura, (1999 p.270) frisa que,

Eram, de fato, jornadas de trabalho extremamente longas, que em alguns estabelecimentos atingiam dez, doze, às vezes 14 horas diárias, com intervalos reduzidos e sem descanso semanal, dificultado, senão inviabilizando, as possibilidades já restritas de frequentar a escola.

Outro fator de cunho discriminatório era em relação a mão de obra de meninos e meninas e também ao fator de idade, quanto mais novos fossem menos recebiam e só pelo fato de serem meninas a remuneração era bem mais baixa que a dos meninos. O autor Moura (1999 p. 273), ainda menciona que “predominava a política de pagar salários menos significativos aos trabalhadores mais novos, bem como às meninas e às adolescentes, apesar de algumas exceções”. Nesse período o abandono de crianças por famílias desestruturadas e com condições precárias crescia rapidamente, o abandono de crianças do sexo feminino era maior ainda, nessas condições as crianças ficavam a mercê do capitalismo e refém das indústrias. Neste contexto a burguesia se aproveitava dessa expressão de questão social, pois a mão de obra era muito mais barata e poderia manobrar melhor a mente das crianças. Essas crianças sem perspectiva de vida, e sem mentor para reivindicar possíveis direitos eram controladas com maior facilidade pelos exploradores. A Constituição de 1934 foi a primeira Constituição Brasileira a qual estabelecia normas de proteção à criança. Iamamoto (2005, p.129) ressalta que,

Mulheres e crianças estarão sujeitas à mesma jornada e ritmo de trabalho, inclusive noturno, com salários bastante inferiores. O operário contará para sobreviver apenas com a venda diária da força de trabalho, sua e de sua mulher e filhos. Não terá direito a férias, descanso semanal remunerado, licença para tratamento de saúde ou qualquer espécie de seguro regulado por lei.

Os chefes de famílias não tinham alternativas a não ser levar seus filhos e esposas para as indústrias para que garantissem o sustento da família, com isso era deixado de lado a infância das crianças, educação e lazer era inexistente. Só conseguiram gozar de algum direito a partir da Constituição de 1934. Com a acumulação capitalista, Antunes (2005, p.140-141) reforça que ocorre a ‘destruição, precarização e eliminação dos postos de trabalho’ como forma de “aumentar a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sub trabalho em tempo cada vez mais reduzido”. Esse movimento engendra uma ‘nova morfologia do trabalho’ em que se proliferam as formas de subemprego e

informalização, conseqüentemente, contribuindo para o emprego de força de trabalho infantil.

Na década de 60, houve algumas mudanças em relação à concepção do Estado de Bem estar Social e foram criados a FUNABEM- Fundação de Bem Estar do Menor, e nesse período a responsabilidade pelas crianças passa a ser o Estado (Paganini, 2011, p. 6). De acordo com Marcilio (2006, p.79),

Só a partir de 1960, houve profundas mudança de modelo e de orientação na assistência à infância abandonada. Começava a fase de Bem estar, com a criação da FUNABEM (1964) Seguida da instalação, em vários estados das FEBEMS.

A FUNABEM funcionava como casa “terapêutica” e atendia diversas crianças, seja no quesito infracional, onde as crianças e adolescentes cometeram algum tipo de ato infracional, ou de crianças órfãs, seja órfãs de pai mãe vivos onde não tinham condição financeira para o sustento da criança, ou órfãs de pai e mãe falecidos. (SCIELO, 1988, s/p). Entretanto, mesmo com a criação do FUNABEM, não foi descartada a mão de obra infantil não havia no interior do Brasil fiscalização e o trabalho infantil ocorria nas mais diversas atividades produtivas e das mais diversas formas de exploração seja no semáforo, vendedores ambulantes, trabalhadores doméstico e no campo onde era ainda maior a concentração de trabalhador infantil. Bezerra (2018, s/p). Existe uma diferença entre o trabalho infantil e exploração do trabalho infantil e Silva, (2003, p.26) nos esclarece,

[...] a exploração do trabalho circunscreve na perspectiva da alienação do estranhamento, máxima do capital, que resulta numa relação alheia do sujeito com objeto (trabalho), coisificando-o, por conseguinte, transformando, aviltando, degradando os homens e o produto do labor em mercadoria. Desse modo desumaniza o ser social ante o objeto, em virtude da sua imersão numa relação social fundada na propriedade privada e no dinheiro[...]. Quando se fala simplesmente em trabalho infantil, pode-se confundi-lo com qualquer tipo de trabalho de crianças, como, por exemplo, o trabalho como princípio educativo. Nesse sentido, os princípios axiológicos e teleológicos, no ponto de vista dos pressupostos da teoria marxiana, preveem a relação real entre ensino e trabalho, trabalho manual e intelectual, visando a formação unilateral. Esta devendo substituir a formação unilateral das crianças e jovens, para torna-los aptos para alternar as suas atividades de modo que satisfaçam tanto as exigências da sociedade quanto as suas inclinações pessoais.

Nos anos 90, com avanço de políticas neoliberais muitos trabalhadores são mascarados pela sociedade, como por exemplo, empregada doméstica, babá, onde muitas vezes os próprios pais incentivavam os filhos a trabalharem em casa de família, em troca de salário insignificante, e uma alimentação boa, outro fator é a prostituição infantil, que muitas das vezes os pais saiam para trabalhar e os filhos ficam sem proteção, vulneráveis a qualquer proposta que pudesse trazer algum benefício (GIOVANI, 2004, p.38) frisa que “[...] no caso da prostituição as crianças e adolescentes, e a cínica justificativa machista e sexista anuncia a preferência do homem adulto por “capim novo”.

O que implica o trabalho infantil na maioria das vezes é a pobreza da família e a facilidade de se ingressar sem conhecimentos específicos esses são os fatores condicionante para a exploração da mão de obra infantil. Em uma sociedade capitalista a exploração do trabalho é realidade desde a infância. A partir da promulgação da Constituição de 1988 e posteriormente aprovação do Estatuto da Criança do Adolescente – ECA em 1990 houve avanço de políticas públicas e o combate ao trabalho infantil. A partir do ECA, artigo 60 cita que é proibido o trabalho ao menor de 14 anos de idade, salvo na condição de aprendiz. Veronese (1999, p.47) nos afirma que,

Apesar de toda a inovação no que tange á assistência, proteção, atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente, constantes na Constituição Federal, estes não poderiam se efetivar se não regulamentados em lei ordinária. Se assim não fosse, a Constituição nada mais seria do que uma bela, mas ineficaz carta de intenções. Portanto o Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei n.8.069 de 13 de julho de 1990, surgiu com a difícil e nobre tarefa de viabilizar os citados direitos.

A garantia de uma vida digna passa pela intervenção do Estado pela educação de qualidade porém o que se verifica é o descaso governamental em relação à garantia de educação de qualidade. Volpi (2001, p.13),

São dos cidadãos no Brasil que representam a parcela mais exposta as violações de direitos pela família, pelo Estado e pela sociedade. Exatamente ao contrário do que define a Constituição Federal e suas leis complementares. Os maus tratos, o abuso, a exploração sexual, a exploração do trabalho infantil, as adoções irregulares, o tráfico internacional e os desaparecimentos, a fome o extermínio, a tortura, e as prisões arbitrárias, infelizmente ainda compõem o cenário por onde desfilam nossas crianças e adolescentes.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, entende-se que mesmo as crianças e adolescentes possuindo legislação que os proteja a violação de direitos ainda é realidade na sociedade atual. Diante desse cenário de desigualdade social e exploração dificulta ainda mais o desenvolvimento das crianças e adolescentes. O art.70 da Constituição Federal reza que “[...] é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaças ou violação de direitos das crianças e adolescentes”.

2.3 LEGISLAÇÃO EM RELAÇÃO À CONDIÇÃO DE APRENDIZ

Desde a década de 20, o Brasil passou por diversos conflitos e também teve muitos avanços e conquistas. Nesse cenário Brasileiro foi marcado por uma grande greve tanto econômica, quanto social e política. Em 1927 foi decretado o Código Melo Mattos que ficou conhecido como Código de Menores. A partir do caso do menino Bernardino, onde um garoto de 12 anos que trabalhava de engraxate no Centro de São Paulo atendia o seu primeiro cliente, porém o mesmo não pagou pelos serviços prestados. Bernardino enfurecido jogou tinta na roupa do cliente e foi preso na mesma cela com 20 adultos e foi estuprado, após o ocorrido o menino Bernardino foi novamente para as ruas. Esse caso trouxe à tona uma revolta da população, onde foi cobrado o amparo para os adolescentes, nessa época eram chamados de ‘menor’ de forma pejorativa quem viviam nas ruas em risco de vulnerabilidade social eram chamados de “sujos, marginais, delinquentes”. Serafini (2015, s/p). Para Rizzini (1997, p.30) .

Será da medicina (do corpo e da alma) o papel de diagnosticar na infância possibilidades de recuperação e formas de tratamento. Caberá à Justiça regulamentar a proteção (da criança e da sociedade), fazendo prevalecer a educação sobre a punição. À filantropia – substituta da antiga caridade – estava reservada a missão de prestar assistência aos pobres e desvalidos, em associação às ações públicas [...] a conexão jurídico-assistencial atuará visando um propósito comum: salvar a criança para transformar o Brasil.

Porém esse Código não incluía todas as crianças, mas sim as crianças pobres e as que moravam nas ruas, nesse período o abandono, a fome aumentava a criminalidade e isso se dava pela falta de políticas sociais do Estado para sociedade. A burguesia acreditava que a pobreza era genética e com o afastamento da criança do seio familiar seria possível dissipar essa herança genética e seria por meio de internamento em instituições que iriam reeducar. Couto & Melo (1998, p. 30) afirmam que,

O Código de Menores, de 1927, foi utilizado nessa época como firme propósito de afastar as crianças de seu meio sócio-familiar. A possibilidade de perda do “pátrio poder” pela impossibilidade ou incapacidade, inclusive financeira, dos pais, permitia que o juiz encaminhasse a criança e o adolescente a instituições de internação.

Foram criados os orfanatos e casas de disciplina e em formato redondo que era para facilitar a observação dos internos “O principal objetivo deste aparato era transformar os delinquentes em “dóceis e úteis” (COUTO;MELO, 1998, p. 29). Nesse cenário, as crianças eram retirados das famílias pobres pois era um meio de “prevenir” a delinquência, e a reprodução de marginais. Para Passetti (2002, p.355),

Fechavam os 30 primeiros anos da república com um investimento na criança pobre vista como criança potencialmente abandonada e perigosa, a ser atendida pelo Estado. Integrá-la ao mercado de trabalho significava tirá-la da vida delinquencial [...]. Pretendendo domesticar as individualidades e garantindo com isso os preceitos de uma prevenção geral, os governos passaram a investir em educação, sob o controle do Estado.

O Estado acreditava que se as crianças entrassem no mercado de trabalho se afastariam da criminalidade e se tornariam pessoas de bem, porém isso não resolveria o problema da pobreza. Diante desse cenário o Código de Menores não ampara todas as crianças em geral e foi preciso uma nova atualização para garantir os direitos dos mesmos. Logo em seguida temos a Constituição de 1934 que foi a primeira a tratar, sobre a validação e a proteção dos direitos da infância e da juventude. Essa mesma Constituição continuou avançando no debate sobre o assunto, com outras edições de normas infraconstitucionais (ANDRADE, 2011).

Nessa Constituição era claro os direitos adquiridos e ao citar alguns exemplos temos a proibição de salários diferentes para a mesma função por razões de estado civil, idade, sexo e nacionalidade. Foi concedido o direito a jornada de trabalho de oito horas e ao salário mínimo, ou seja, o pagamento não seria pela quantidade de produção tendo seu descanso semanal remunerado. Ficou decretado que menores de catorze anos eram proibidos de trabalhar, então essa conquista, foi um marco pra história Brasileira. Nessa perspectiva entendemos que direito é um conjunto de valores e normas de leis a serem seguidas que foram estabelecidos em determinado País. Um dos direitos que foram conquistados ao longo dos anos pela classe trabalhadora durante a implementação do capitalismo foi a Declaração Universal dos

Direitos Humanos que, no art. 23 diz que, “todo cidadão tem direito ao trabalho e com condições justas, algo que seja favorável ao trabalhador e tendo a proteção contra eventualidades como desemprego e doença, que tenha uma remuneração digna que lhe assegure o sustento de sua família”.

Diante desse pressuposto na era Vargas em 1943 foi sancionado o decreto da criação da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, que tem como objetivo proteger o trabalhador e o empregador de violações de direitos e abusos. A CLT unificou todos os pré direitos que existiam naquele momento. A CLT teve algumas alterações referente à idade, antes era de 14 a 18 anos sendo chamado de “menor aprendiz”, nos dias atuais somente é chamado de “aprendiz”, pois a idade passou para 14 a 24 anos. O Art.428 esclarece que,

Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 anos e menor de 24 anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico- operacional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral, e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação.

Este contrato por se tratando de aprendiz, deve ser preenchido formalmente por escrito e o mesmo sendo menor de idade deve ser assistido pelo responsável, ou seja, alguém que se responsabilize. No caso de serem maior de idade ambas as partes tem que estar ciente de todas as cláusulas do contrato. Sendo assim, entendemos que o aprendiz precisa ter uma atenção especial desde a preparação de contrato a aplicação de conhecimentos. A Lei garante ao aprendiz, a anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, salário mínimo hora, férias, décimo terceiro salário, FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), seguro desemprego, e o aviso prévio. O aprendiz deve estar devidamente matriculado na escola e obter frequência ou entidade qualificada em formação técnico-profissional.

Art. 428, da CLT. [...] §1º. a validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz na escola, caso não haja concluído o ensino médio, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico profissional metódica. Nesse mesmo art. cita que “o menor

aprendiz tem direito a férias após 12 meses consecutivos de trabalho, o contrato só poderá ser excedido dos 2 anos, em caso de deficiência”. No art.432 descreve que a jornada de trabalho não poderá ultrapassar seis horas, somente se o aprendiz tiver terminado o ensino fundamental é que poderá se estender para oito horas diárias.

Com todos os avanços tecnológicos já existentes, houve muitas conquistas em relação aos direitos do trabalhador incluindo os adolescentes. Então, entendemos que a aprendizagem a inicialização ao mercado é permitido, sendo necessário o conhecimento para a inserção do mercado de trabalho, desde que não atrapalhe a educação e a saúde. Para Martins (2015, p. 541) existem quatro fundamentos principais para a proteção do trabalho de crianças e adolescentes, que são: cultural, moral, fisiológico e de segurança. O primeiro fundamento se refere aos estudos, pois o menor deve receber instrução; o segundo serve para assegurar a moralidade desse grupo, com o objetivo de preservar a integridade psicológica; o terceiro fundamento é a proibição para realização do trabalho em locais perigosos, insalubres, penosos, noturnos ou que prejudiquem o desenvolvimento psicossomático das crianças e adolescentes, e o último fundamento que concerne à segurança possuiu o intuito de adotar medidas protecionistas à integridade do menor em acidentes de trabalho.

Faz-se necessário a lei que ampara, pois a maioria dos adolescentes buscam meio para aumentar a renda familiar, ou muitas das vezes, ser o provedor dessa família, sejam por que um dos pais perdeu o emprego, mudança de cidade ou até mesmo uma crise financeira que atinge repentinamente a família. Outro fator importante para a validação dos direitos dos adolescentes é a Constituição Federal de 1988 – CF, que teve sua construção após o golpe de 64 que se estendeu até 85, foi redigida por senadores e deputados escolhidos pelo povo, e teve na sua implementação o Estatuto da Criança e do Adolescente, Sistema Único de Saúde, entre outros.

Entende-se que para se chegar a consolidação da Constituição Federal de 1988 foi preciso muita luta da classe trabalhadora e movimentos da sociedade e sindicatos. Couto (2006, p. 139) Afirma que,

As décadas de 1980 e 1990 foram paradigmas e paradoxais no encaminhamento de uma nova configuração para o cenário político, econômico e social brasileiro. De um lado, desenvolveu-se um processo singular de reformas, no que se refere à ampliação do processo de democracia – evidenciada pela transição dos governos militares para governos civis – e à organização política e jurídica – especialmente demonstrada no desenho da Constituição promulgada em 1988, considerada, pela maioria dos teóricos que a analisaram, como banalizadora da tentativa do estabelecimento de novas relações sociais no país. Por outro lado, efetivou-se um processo de grande recessão e contradições no campo econômico, onde ocorreram várias tentativas de minimizar os processos inflacionários e buscar a retomada do crescimento, tendo como eixo os princípios da macroeconomia expressa na centralidade da matriz econômica em detrimento da social.

A Lei Maior de 1988 e a Consolidação das Leis do Trabalho, bem como o Estatuto da Criança e do Adolescente, Organização internacional do trabalho – OIT. No artigo 6º. Da Constituição Federal de 1988 reza que,

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. Sendo que o mesmo estabelece a partir do direito ao trabalho, os direitos dos trabalhadores, a jornada de trabalho, os deveres, os vínculos empregatícios, salário, proteção, entre outros.

Os avanços conquistados nas décadas passadas em relação aos direitos, na atualidade (2019) vêm se perdendo. O Estado está se afastando cada vez mais das políticas públicas, eles impõe declaração e atestado de pobreza para se obter certos benefícios, e utilizar das políticas públicas, ou seja está sendo mais focalizada, seletiva, “sendo desigualdade também é rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem” (IAMAMOTO, 1998, p. 28). Durante alguns períodos da história Brasileira os adolescentes e os jovens passaram a ser reconhecidos como pessoas de direitos e teve seu reconhecimento de adolescente com idade de 12 a 18 anos, foi um avanço merecido. Com a criação da Lei n 8.069, de 13 de Julho de 1990 mais conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, foi criado tendo como base os preceitos da Declaração Universal da Criança e da Organização das Nações Unidas – ONU.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Art. 25, define como família natural “a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes”. Entretanto, a definição legal não supre a necessidade de se compreender a complexidade e riqueza dos vínculos familiares e comunitários que podem ser

mobilizados nas diversas frentes de defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Para tal, torna-se necessária uma definição mais ampla de “família”, com base sócio-antropológica.

Neste contexto a família pode ser pensada como um grupo de pessoas que são unidas por laços de consanguinidade, de aliança e de afinidade. Esses laços são constituídos por representações, práticas e relações que implicam obrigações mútua. Por sua vez, estas obrigações são organizadas de acordo com a faixa etária, as relações de geração e de gênero que definem o status da pessoa dentro do sistema de relações familiares. De acordo com Sales (2006, p.153),

[...] o ECA tem redesenhado a política educacional, no que diz respeito à responsabilidade da escola, dos pais/responsáveis e da própria sociedade, em relação à garantia do direito à escolarização básica para as crianças e adolescentes. Além do envolvimento da escola e da família, há a orientação de especialistas em educação e profissionais de serviço social e direito, constituindo uma equipe interdisciplinar para tentar resolver um dos grandes desafios da educação: manter a criança e o adolescente na escola, efetivando assim a possibilidade de socialização secundária, de formação e instrução para o exercício da cidadania.

Como gestores e orientadores das crianças e adolescentes, o grupo familiar não figura apenas como atores de obrigações, mas também como agentes de proteção e defesa dos direitos emanados na Carta Constitucional e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Dessa forma, estabelecendo-se uma interpretação sistêmica dos dispositivos protetivos, constatamos que são responsáveis também quando omissos do dever de denunciar possíveis ou reconhecidas violações a direitos da criança ou adolescente. De acordo com o art. 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente toda a criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família, sendo dever do poder público, da sociedade e da família assegurar com absoluta prioridade os direitos da criança e do adolescente. O art. 68 do Estatuto da Criança e do Adolescente possibilita um programa social de caráter educativo sob responsabilidade governamental ou não governamental, sem fins lucrativos que assegura ao adolescente participar de capacitação para o exercício de atividade regular remunerado, isso é um trabalho educativo. Em troca dessa atividade o adolescente recebe uma remuneração pelo trabalho efetivado ou participação na venda, que ao mesmo tempo não desfigura o caráter educativo e também não caracteriza vínculo empregatício. Guimaraes; Almeida (2012, p.2).

A inserção produtiva dos jovens é um dos grandes desafios da política de emprego. Trata-se de um público que enfrenta maiores dificuldades, fruto principalmente da baixa experiência. Assim, essa é uma faixa muito vulnerável à situação de desemprego e de desemprego em longo prazo, sendo objeto de políticas específicas em muitos países. O Brasil vem contemplando recentemente a necessidade de políticas especiais para o público jovem, tendo sido inclusive criada uma Secretaria da Juventude. Dentro das várias áreas contempladas, a área de trabalho e emprego tem importância essencial dentro do objetivo de promover a melhor inserção do jovem e fortalecer as condições de ascensão social. Para esse objetivo, políticas direcionadas particularmente para os jovens ganharam importância a partir de 2003, sendo reforçadas nos anos seguintes.

No atual governo (2019), o retrocesso em relação à legislação e as políticas públicas no que se refere ao social vêm sendo uma realidade. O descaso do atual governo vem relegando os adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e risco novamente devido a falta de conhecimento e de compromisso com os direitos humanos. O retrocesso em relação ao investimento em educação, saúde, políticas sociais e investimento no preparo técnico de adolescentes e juventude vem aumentando gradativamente a marginalidade e também as doenças ligadas à depressão por falta de perspectivas das gerações atuais.

CAPÍTULO III–

3. RELATO DA PRÁTICA DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NO CEDB

3.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Entidade de Obras Sociais da Paróquia São José – Centro Educativo Dom Bosco, CNPJ – 22.821.474/0001-37, com sede em Ji-Paraná, na Avenida Maringá, nº 50, Bairro Nova Brasília, está inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social sob o número 012, desde 28 de julho de 2014, bem como no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA, sob o número 01, conforme estabelece a Lei nº 8742/93, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a qual coloca algumas condições para o reconhecimento da entidade enquanto integrante da rede sócio assistencial.

O trabalho da instituição começou em 1985 com a preocupação da irmã Antônio Onali de reunir picolezeiros e engraxates para uma merenda e um bate papo nos finais de semana. Para desenvolver esse trabalho ela contou com a ajuda de doze (12) jovens do grupo de jovens Joia. As atividades iniciaram no pátio da Paróquia São José. Esses encontros passaram a reunir cada vez mais jovens que vivenciavam diversas situações de desrespeito aos seus direitos. Com essas reuniões nasceu a cooperativa de picolezeiros São José que a princípio se reuniam no antigo barracão da paróquia onde existia uma grande área para recreação.

Com a chegada do padre Franco Dalla Valle em 1986, junto com irmão Jorge Pinaffo, com Manoel Messias Antunes e Geraldo Zandonadi, dentre outros vocacionados, a ideia cresceu e o número de meninos aumentou.

A realidade permeada de violência, exploração econômica e a falta de investimento dos governantes no público juvenil provocaram indignação em muitos colaboradores da Paróquia São José que resolveram institucionalizar uma ação, não só aos domingos, mas durante toda a semana para melhor atender às crianças e adolescentes. Na data de 23/03/1988 realizou-se a reunião que marcou a fundação do Centro Educativo Dom Bosco por meio de seu Estatuto, neste tempo o Centro já

dispunha de uma pequena estrutura para o funcionamento dos cursos. Em 1989, com o novo prédio a cooperativa se fixou definitivamente o projeto, abrindo núcleos em comunidades da periferia e os leigos Rangel e Deilton assumiram a coordenação do trabalho junto com o pároco Padre Sadeck.

Com a direção dos padres Salesianos o Centro Educativo Dom Bosco começou a oferecer cursos para os jovens. A formação não era restrita ao conhecimento técnico, mas englobava outras dimensões conforme a pedagogia de Dom Bosco que criou o Sistema Preventivo baseando-se no amor, na razão e na religião. No ano de 2001 após avaliação entre educadores, diretores e conselheiros na entidade, buscou-se uma qualificação maior na parte humana do trabalho, surgiram algumas parcerias com a SEMED e SEMAS e isso possibilitou atender como escola de nível fundamental de primeira a quarta séries em período integral. No ano de 2001 após avaliação entre educadores, diretores e conselheiros na entidade buscou-se uma qualificação maior na parte humana de nosso trabalho, surgiram algumas parcerias com a SEMED e SEMAS, isso possibilitou atender como escola de nível fundamental de primeira a quarta séries em período integral.

Em 2002 com a chegada do Padre Atílio, iniciou-se uma reformulação e reestruturação dentro da cooperativa, a começar pelo próprio nome que passou a ser denominado Pró Menor São José, contudo a produção de picolés não se ajusta às normas do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente. As fábricas de picolés e o corte de costura não eram mais viáveis sendo assim extintos. Na parte profissionalizante teve a carga horária ampliada, os laboratórios foram totalmente reformados e iniciaram-se novos cursos. Em 2005, numa reunião com o novo pároco Padre Ângelo o Pró- Menor passou a ser Centro do Menor São José devido ao espaço e para padronizar também com os outros centros profissionalizantes salesianos de outras regiões do país. Os cursos profissionalizantes oferecidos passaram a ser de serigrafia, Informática e capacitação para o mercado de trabalho.

No ano de 2008 a professora Alice Marlete Stiz, pedagoga, assume a coordenação do Centro do Menor São José e se responsabiliza em zelar e manter a tradição do programa e continuar o processo de renovação técnico-pedagógico. Com a chegada do novo pároco e diretor Padre Alberto Rypel o trabalho na

comunidade continuou no ritmo um pouco mais acelerado, outras atividades como, teatro oratório, articulação da juventude salesiana, festivais foram incorporados no calendário da paróquia. No centro Educativo Dom Bosco os setores de violão e teclados também ajudou aumentar número de jovens de forma significativa.

Os educandos recebem formação técnica para o trabalho, além de serem preparadas para a vida. O teatro e o esporte fazem parte dessa formação que é oferecida aos destinatários. Os cursos não tem custo algum para os atendidos e a instituição vem atualizando-se para cada vez mais conseguir levar oportunidades aos jovens. O Centro Educativo a princípio, oferecia cursos tais como: pintura em tecido, gesso, corte e costura, tricô, serigrafia, datilografia, serralheria entre outros. Os cursos oferecidos atualmente (2018/2019) são de informática, mecânica de motos, violão e teclado. A soma de todos os educandos equivale a 180 meninos e meninas entre doze (12) e dezoito (18) anos.

Hoje (2019) o CEDB conta com os seguintes educadores:

- Ano de 2018 –inicia o encarregado da Obra é Pe. Ermelindo Vasques (Vice-Diretor da Entidade - Ano de 2019 – Pe. Ermelindo Vasques - Diretor
- Colaboradores 2019: Celso K. Rodrigues - Assistente Social; Mayra Araujo - Secretaria; Alciara Pereira - Pedagoga, Michele Nascimento - Aux. Administrativo. - Educadores: José Antônio (Infórmatica); João da Costa (Teclado); Calixto Gomes (Violão); Cláudio Henrique (Motocicletas); William Alves (Assistente de Pátio); Alessandra (Cozinha) e Keylla Teixeira (Aux. de Cozinha) e Larissa (Aprendiz).

Quanto ao seu reconhecimento enquanto integrante da rede sócio assistencial, o art. 6º-B da LOAS prevê que além de constituírem em conformidade com o artigo 3º, tais instituições também devem inscrever-se em Conselho Municipal ou do Distrito Federal, na forma do art. 9º, e integrar o sistema de cadastro de entidades de que trata o inciso XI do art. 19. Com a chegada do novo pároco e diretor Padre Alberto Rypel, o trabalho na comunidade continuou no ritmo um pouco mais acelerado, outras atividades como, teatro oratório, Articulação da Juventude salesiana, festivais foram incorporados no calendário da paróquia. No centro Educativo Dom Bosco os setores de violão e teclados também ajudou aumentar número de jovens significativa.

A inserção de profissionais com conhecimento técnico na instituição se dá a partir de 2008, quando a coordenação do Centro Menor São José passa a ser responsabilidade de uma pedagoga, com a incumbência de dar sequência ao processo de renovação técnico-pedagógico e com igual compromisso de manter a sua tradição, ou seja, o trabalho voluntariado e os valores cristãos em prol dos necessitados. O Serviço Social só é incorporado a instituição em 2014, possibilitando a captação de recursos mediante projetos e convênios com o poder público e agências financiadoras de projetos sociais, incrementando a fonte de recursos para a manutenção da instituição, contudo, sem abrir mão da ajuda da paróquia a qual está vinculada. O CEDB sendo uma entidade filantrópica do terceiro setor tem como objetivo a capacitação e a formação de cidadania dos adolescentes, é uma instituição respeitada pela comunidade local, possui profissionais capacitados para atender a demanda dos adolescentes. Montañó (1999, p.23) nos afirma que,

A parceria entre o Estado e o Terceiro Setor, parte da estratégia de restauração do capital, e fetichizá-lo em transferência, levando à população a um enfrentamento/aceitação deste processo dentro de níveis de conflitividade institucional aceitáveis para a manutenção do sistema, e ainda mais, para a manutenção da atual estratégia do capital e seu projeto hegemônico- o neoliberal.

Podemos entender que para existir o terceiro setor é necessário o primeiro e o segundo. O primeiro setor é formado por Executivo, Legislativo e Judiciário, já o segundo setor, é formado pelas empresas privadas com fins lucrativos, o terceiro setor é formado por instituições sem fins lucrativos e necessitam de parcerias para o funcionamento da instituição, como empresários, empresas privadas, e o terceiro setor tem a chance de demonstrar o seu trabalho em prol da sociedade (RODRIGUES 2011, s/p). Recorrendo a Fernandes (1994, p. 35),

Pode-se dizer que o "terceiro setor" é composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil.

Em outras palavras, o terceiro setor supre uma necessidade da sociedade que deve ser de responsabilidade do Estado. O Estado é quem deveria manter a educação, cidadania, entre outros, porém o terceiro setor com a participação da população atende a necessidade que o Estado deixou de atender para que a população não fique à mercê da própria sorte. De acordo com Mattoso (2000, p. 37),

As políticas sociais – já precárias, pouco cidadãs e universais, com o agravamento das condições econômicas e do mercado de trabalho, sofreram triplamente. Primeiro, pela redução de recursos que acompanhou os diversos ajustes fiscais e deteriorou qualitativamente e quantitativamente os serviços sociais básicos, sobretudo nas áreas com elevada participação de recursos da esfera federal, como a saúde. Segundo, pela redução do uso de políticas universalistas e pela generalização do uso de programas sociais extremamente focalizados, sem estratégia, assistencialista e clientelista na relação com o público alvo. Terceiro, porque estas mudanças vieram, quase sempre, acompanhadas de propostas de reformas sociais explicitamente privatizantes, favorecidas pela falência organizada dos serviços públicos.

Neste sentido, fica evidente que o Estado usufrui do poder de persuasão quando se trata dos direitos dos menos favorecidos, onde se instala perante a sociedade que o Estado é presente frente às políticas públicas. Entretanto o que se observa na prática é que o Estado não tem responsabilidade com a comunidade, o que acontece é uma transferência de deveres, ele cria uma falsa visão de parceria, e isso faz com que a sociedade acredite que o Estado dá o total suporte a sociedade, porém o que acontece é a desresponsabilização do Estado.

3.2 ESTÁGIO DE OBSERVAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

De acordo com as observações no período de estágio em Serviço Social, foi possível conhecer a realidade de cada família dos participantes e perceber que apesar de cada um vivenciar situações diferentes, a maioria passa por carências de forma parecida. O profissional de Serviço Social juntamente com os demais componentes da equipe tem o papel principal nas tomadas de decisão e seleção de adolescentes que mais necessitam estar matriculado na instituição, pois é um processo lento verificar a situação financeira de todas as famílias. O profissional de Serviço Social e estagiária são sempre desafiados a conhecer a realidade social do adolescente, detectar se enfrentam problemas em relação à família, quais conflitos

de ordem social enfrentam, quais dificuldades e carências financeiras, doenças, entre outros.

O assistente social, juntamente com seus colaboradores e educadores atuam para diagnosticar a realidade e conduzir a inserção do adolescente, fato de que muitas das vezes os filhos estão matriculados por intermédio dos pais, os pais que desejam “depositar” o filho na instituição para preservar a adolescência, afastando de amizades ‘ruins’, ou até mesmo para os pais irem trabalhar e não desejarem deixar os filhos sozinhos em casa. Diante disso fica complicado manter o adolescente na instituição sendo que o próprio muitas vezes não apresenta interesse. Santos (2009, p.06) destaca que,

O assistente social deverá trabalhar com ações educativas e não só com soluções de problemas, entendendo que a educação se constitui em uma política social que tem como compromisso garantir os direitos sociais, consequentemente podendo apresentar uma ampliação do conceito de educação impregnado na sociedade atual.

Conforme as observações realizadas no CEDB de Ji-Paraná durante o estágio em Serviço Social percebeu-se o comprometimento do profissional assistente social com os usuários, este atua pautado na ética profissional a fim de realizar atendimento àqueles que mais necessitam visto que não tem como atender a todos que procuram a instituição. Foi verificado que a maioria das famílias atendidas pertence ao grupo de família recomposta, e muitas das vezes são famílias com maior quantidade de componentes. Na maioria dos casos essas famílias vivem em situação de risco e vulnerabilidade social, diante disso os pais ou responsável matriculam os filhos no CEDB como forma de ocupar um período no dia-a-dia desses adolescentes e deixar distanciados da marginalidade e da tecnologia. Oliveira (2009, p.68) descreve que entre modelos de famílias estão,

[...] uniões consensuais de parceiros separados ou divorciados; uniões de pessoas do mesmo sexo; uniões de pessoas com filhos de outros casamentos; mães sozinhas com seus filhos, sendo cada um de um pai diferente; pais sozinhos com seus filhos; avós com os netos; e uma infinidade de formas a serem definidas, colocando-nos diante de uma nova família, diferenciada do clássico modelo de família nuclear.

O entendimento que se obteve pelas observações é de que os adolescentes já anseiam pelo momento de inserção no mercado de trabalho como aprendizes por

viverem em situação financeira extremamente baixa, em risco e vulnerabilidade social. Estes são provenientes de comunidade carente as quais vivenciam as mais diversas formas de exclusão social.

3.3 RELATO DE ESTÁGIO DE INTERVENÇÃO NO CEDEB

Com a intenção de melhor conhecer as famílias e os adolescentes atendidos pelo projeto no ano de 2018 no estágio em Serviço Social, realizou-se uma pesquisa e assim traçamos melhor o perfil dos participantes. O questionário foi elaborado com o auxílio do assistente social e direcionado aos adolescentes, com perguntas abertas, para obter conhecimento maior da visão de futuro dos adolescentes. A intenção foi também de conhecer melhor a relação familiar e outras informações em relação à vida dos adolescentes. De acordo com (LEWGOY, 2004, p.32),

A supervisão de estágio na conjuntura busca legitimar a interação entre os sujeitos assistente social de campo, alunos estagiários e supervisor acadêmico, intrinsecamente envolvidos num projeto coletivo e interdisciplinar e que compõem, assim uma tríade representativa do universo à qual pertence, a supervisão como processo articula exercício e formação uma vez que está vinculada a atividade concreta de estágio.

A supervisão de campo e acadêmica se articula para auxiliar os estagiários em relação à visão da realidade e com auxílio das teorias melhor fundamentar a ação prática com os grupos com os quais estagia. Neste sentido, a entrevista com o uso de questionário ocorreu com os adolescentes na faixa etária de catorze (14) a dezenove (19) anos que frequentavam os cursos de Informática básica e avançado, mecânica de motos e auxiliar administrativo. Manzini (1990, p.154), descreve que a entrevista semiestruturada “é quando confeccionamos um roteiro de perguntas, que no decorrer da conversa pode complementar com outras perguntas, sendo possível ter várias respostas, que é uma forma livre de não se prender a respostas fechadas”.

O roteiro básico foi composto pelas seguintes indagações: Por que a escolha desse curso? Foi por livre e espontânea vontade? Você mora com quem? Seus pais ou responsáveis entendem você? Você se sente feliz em sua casa? Tem algo a ser

melhorado? A partir da tabulação dos dados ficou assim descrito o perfil dos adolescentes.

Figura 1 Aplicação de Questionário e entrevista



Créditos: SILVA, 2018

Inicialmente, foi realizada uma conversa informal com os adolescentes explicando o motivo pelo qual foram chamados para participar da entrevista, pois muito estavam com receio de responder ao questionário. Vale ressaltar que a entrevista com cada um dos entrevistados durou aproximadamente dezoito minutos, em alguns casos teve momentos mais longos devido à necessidade do entrevistado de expressar outros sentimentos ou mesmo devido à dificuldade timidez por parte de outros.

Figura 2 Alunos do curso de auxiliar administrativo



Créditos: SANTOS,2018

No decorrer da conversa, foi possível detectar muitas dificuldades familiares, bem como os diversos arranjos que essas famílias traçam com o objetivo de sobrevivência. Houve muitas formas de se expressar por parte dos adolescentes ampliando assim nosso entendimento em relação à organização familiar e maneiras encontradas para superar carências. Foi observado que a maioria dos (as) alunos (as) se empenhou nas respostas e foram verdadeiros, enquanto conversávamos tivemos a intenção de deixar o momento harmonioso para os (as) alunos (as) sentirem liberdade de se expressar e eventualmente indicar algum problema que poderia existir na família. De acordo com (MARIN, 2005, p.18),

A legitimação de um problema social não é necessariamente induzida pelo simples reconhecimento público, mas pressupõe uma verdadeira operação de promoção para inseri-lo no campo das preocupações sociais de determinado momento, o que implica em última instância, a sua institucionalização.

A relação de confiança que se constrói com o entrevistado facilita para que se sinta à vontade, pois sabemos que há um ponto importante durante a entrevista que é de saber escutar. Quando falamos de ouvir a impressão que nos dá é que simplesmente será ouvido e esquecido e quando falamos em escutar entendemos que é uma forma de perceber todos os sentidos, os gestos, os olhares, as expressões faciais e isso é muito importante para interpretar as expressões dos adolescentes e saber o real significado de cada gesto.

Em se tratando de adolescentes estes geralmente são apreensivos, cautelosos em respostas e às vezes até tímidos então é importante agir com profissionalismo e ética para escutar sem julgar. O autor (BOCKOCK et al, 1999, p. 294) entende que,

Dá-se o nome de adolescência ou juventude à fase caracterizada pela aquisição de conhecimentos necessários para o ingresso do jovem no mundo do trabalho e de conhecimentos e valores para que ele constitua sua própria família. A flexibilidade do critério, que nos pode levar a categorizar alguém com vinte e cinco anos como adolescente e alguém com quinze como adultos.

São inúmeras transformações que invadem os pensamentos dos adolescentes nesse período de transição, além é claro com a preocupação com inserção ao primeiro emprego. O fato de ter que possuir uma renda e a correria de dia a dia com a escola, com cursos e outras responsabilidades domésticas, acaba tendo como resultado a adultização precoce dos adolescentes e essa responsabilidade muitas das vezes se torna pesada demais para alguns adolescentes e gera conflitos.

A entrevista com a participação dos (as) alunos (as) de cursos diferentes e com idades diversas foi fundamental para perceber que dependendo da faixa etária de desenvolvimento, a compreensão e a maneira de expor seus sentimentos são diferentes e se reflete nas respostas dos questionários.

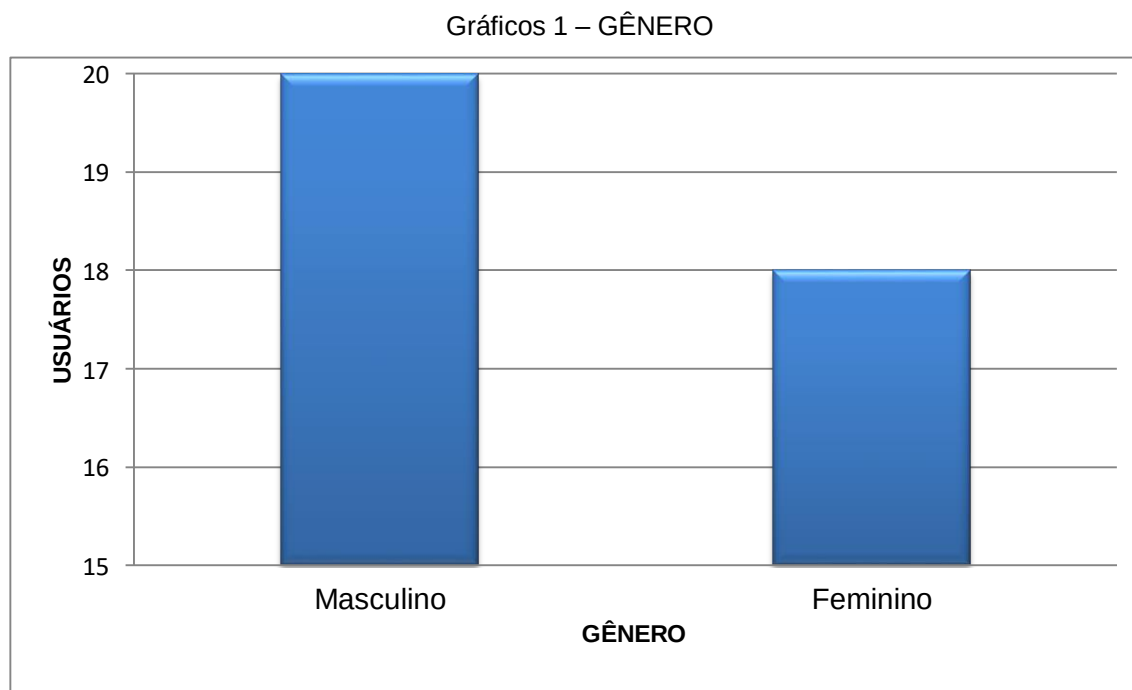
Figura 3 Alunos do Curso de Mecânica de motos



Créditos: OLIVEIRA, 2018

A foto acima mostra a realidade do adolescente que participa do curso, são aulas teóricas e práticas com o professor sempre presente para auxiliar os alunos. Percebe-se que no momento só tem alunos do sexo masculino devido ainda ser uma área menos aberta às meninas. O CEDB tem o interesse em fazer a implementação do curso para as meninas, devido ao número de pedidos de pais e também das próprias alunas que demonstram esse interesse, a participação de ambos os gêneros facilitaria a socialização.

Na sequência serão exibidos os gráficos com resultado da tabulação de dados do questionário.

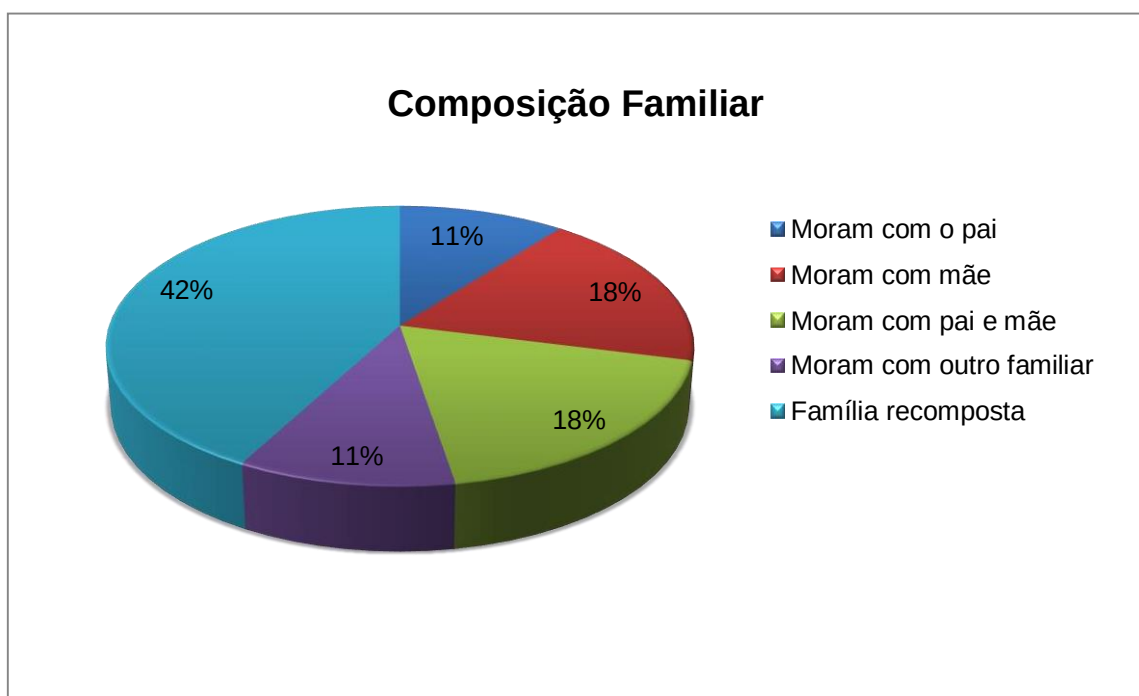


Créditos: BREMENKAMP, 2018

O gráfico acima apresenta a quantidade de atendidos pelo projeto nos diversos cursos, foram vinte (20) meninos e dezoito (18) meninas, com idades entre catorze (14) a dezenove (19) anos. O objetivo desta porcentagem do gênero dos alunos (as) foi para ter uma visão da realidade das famílias, precisa conhecer todos os aspectos. Saber a diferença de opiniões de meninos e meninas quanto à ausência de um dos pais e o quanto isso interfere no relacionamento pessoal, sentimental e profissional do adolescente, fazer essa análise é fundamental para obter dados precisos frente a essa questão.

Abaixo se expressa no gráfico como está composta as famílias dos adolescentes que participam do projeto no centro educativo Dom Bosco do município de Ji-Paraná.

Gráfico 2 – COMPOSIÇÃO FAMILIAR



Crédito: BREMENKAMP 2018

Pela pesquisa detectou-se que a maioria dos adolescentes vivem em um lar recomposto, ou seja, pais separados que construíram outra família, ou de pais que juntaram suas famílias. Na família contemporânea existem muitos arranjos familiares e podemos deixar claro que nada impede de usar o termo ‘família’ Miotto, (1997, p.120) confirma que a família é como “núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e se acham unidas (ou não) por laços consanguíneos

Diante de algumas respostas foi percebido que a falta de convívio com o pai, ou mãe interfere relativamente na vida dos adolescentes, pois estes deixaram os sentimentos se manifestarem no momento dos questionamentos e foi possível perceber a tristeza de alguns.

Em uma das respostas um aluno chamou atenção. No relato ele se expressou:

“O meu convívio familiar é muito importante pra mim, pois mesmo morando com o meu padrasto o amor que eu sinto é como se fosse do mesmo sangue”. (J 16 anos menina).

Então nesse caso podemos perceber que mesmo com a ausência do pai a relação de padrasto e filho tem harmonia. Isso deixou claro de que não importa a

condicionalidade do pai biológico ausente, o aluno se sente seguro com o amor do padrasto. Entretanto já temos caso, onde o adolescente se isola dentro do quarto, devido à relação ser conflituosa tanto com madrasta, com padrasto ou outro membro familiar e isso prejudica o desenvolvimento social.

Outro relato de um aluno que chamou muita a atenção foi:

“Eu morei com a minha vó desde que eu nasci, quando eu tinha 13 anos minha mãe apareceu do nada, e me obrigou a morar com ela e quis mudar todo ensinamento que minha vó deu, até meus pensamentos ela queria mudar, então foi difícil pra eu me adaptar com essa vida nova com a minha mãe, a gente briga muito ela não conhece meus gostos, meus pensamentos, então não tenho um convívio bom com ela”(L. 15 anos menina).

“Meu pai nos deixou quando eu tinha dois (2) anos e nunca mais vi ele, fiquei sabendo que ele mora na cidade só que ele nunca veio me visitar, nunca me ajudou era só eu e minha mãe, minha mãe que faz tudo por mim, eu fico com a minha avó enquanto ela está no trabalho”. (N 16 anos menina)

Percebem-se sim as tristezas e angústias dos adolescentes pelo fato de não vivenciarem as relações familiares de forma saudável como deveria ser. Mioto (2003, p. 164) nos afirma que,

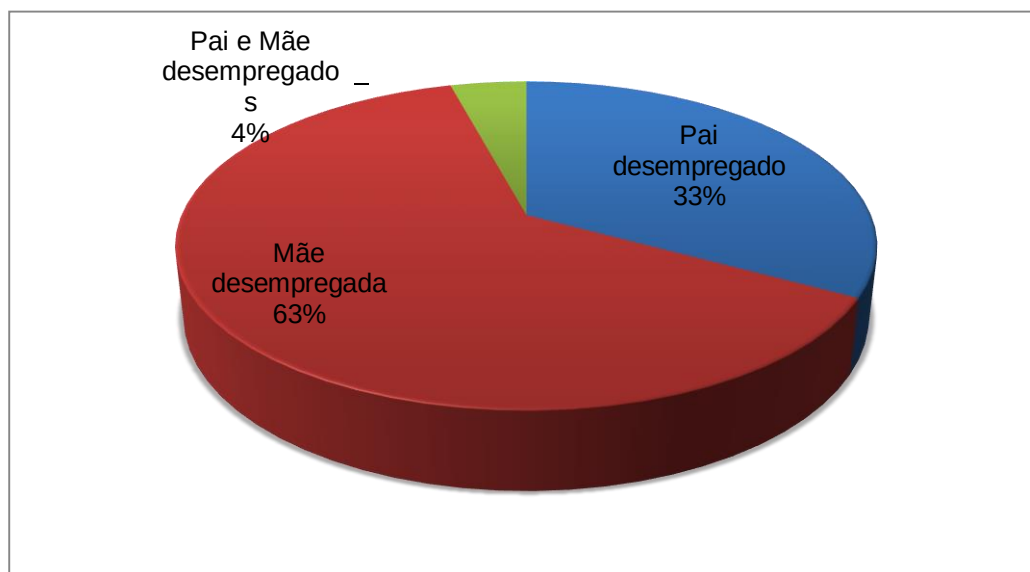
(...) para compreender a família é necessário que o profissional fique atento ao ambiente no qual ela está inserida. Lembra ainda que a família tem discernimento para determinar padrões, optar e reorganizar seu ambiente. Então o padrão de interação é definido pela própria família, que, somando-o às relações sociais, tem o suporte para seu funcionamento, inclusive nos aspectos inerentes à saúde.

O ambiente familiar é de onde procede a base para que a criança e o adolescente se constituam cidadão, é o suporte para o enfrentamento de todas as questões no decorrer de sua vida. A ausência ou fragilidade dessa base interfere em diversos aspectos da vida do adolescente. Outro ponto observado no momento da entrevista foi a quantidade de pessoas que compõem a família. Quando há a junção de famílias, o número de habitantes aumenta e a renda per capita diminui, esse fator econômico familiar baixo também interfere na organização familiar e gera conflitos.

De fato, em uma família grande é necessário que pai e mãe trabalhem fora para proporcionar uma qualidade de vida melhor para seus integrantes. Entretanto,

fica a dificuldade em conciliar os cuidados, educação dos filhos e trabalho. Geralmente as jornadas para a mulher são bem mais desgastantes do que para o homem, pois além do trabalho do lar tem o trabalho fora para auxiliar no sustento da família. Em outros casos o desemprego é o fator complicador da vida familiar e interfere no bom relacionamento, pois a falta de dinheiro é causador de problemas os mais diversos.

GRÁFICO 3 – TAXA DE DESEMPREGO



Créditos: BREMENKAMP, 2018

No gráfico acima podemos perceber a porcentagem de desemprego é alto. Durante a entrevista houve uma percepção que as mães desempregadas são o índice maior, porém sabe-se que em muitos casos quando possui filhos pequenos é praticamente impossível trabalhar fora. Para Leal, (2006, p.63),

A família põe em evidência a multiplicidade de possibilidades e experiência de vida, organizadas pelos indivíduos com vistas a reprodução biológica e social. Se o desemprego, o trabalho desqualificado e as remunerações insuficientes estruturam o cenário potencial de precariedade de vida, é na família que essas condições adquirem materialidade e são transformadas, delineando o modo como as situações adversas, relacionadas à pobreza, se inscrevem no cotidiano familiar.

Diante desse cenário de desemprego foi notado que o programa do Bolsa Família não está em grande escalada, ao contrário, diante dos cortes de gastos muitas famílias estão sem esperança de receber ou até mesmo nem estão indo

atrás dos seus direitos por falta de esperança. Durante as matrículas de alguns alunos novos, foi feito uma pequena entrevista com os pais ou responsáveis sobre essa questão de validação dos direitos.

Joanita (nome fictício)

“Eu já fui atrás algumas vezes disso, só que nunca dão em nada, pedem um monte de documentos e no final meu filho não recebe nada, então pra que eu vou correr atrás se não dá certo?”

Maria (nome fictício)

“Ah eu não sei onde ir pra levar a documentação, não tenho muito conhecimento dessas coisas, vou vivendo com as minhas condições de acordo com Deus”

Cleonice (nome fictício)

“Minha filha recebia o bolsa família só que cortaram, já fui lá pra eles resolverem só que o povo só me informa que cortaram de um monte de gente, me ajudava muito porque com esse dinheiro eu comprava as coisinhas pra ela, sabe como é menina né sempre tá querendo as coisas que as amiguinhas tem, agora estamos tendo que se virar”.

Esses relatos evidenciam o quanto é importante a obtenção do benefício Programa Bolsa Família-PBF, claro que não supre todas as necessidades de uma família, mas com certeza ajuda e muito principalmente na alimentação dos filhos. Para Mota (2012, p.245),

A realidade social de milhares de famílias brasileiras tem demonstrado o significado do programa de transferência de renda Bolsa Família – Trata-se de um importante instrumento econômico e político do Estado que interfere na reprodução da força de trabalho ocupada e excedente.

Essa complementação de renda tem por finalidade o combate à pobreza, é um meio de ‘manter’ a sobrevivência das famílias que vivem abaixo da linha da pobreza, e as famílias tem por obrigação manter os filhos na escola, e a frequência escolar em dia, ao contrário, o benefício é suspenso. Silva, Yazbek & Giovanni, (2011, p. 209) nos afirmam,

A obrigatoriedade de frequência à escola não é suficiente para alterar o quadro educacional das futuras gerações e, conseqüentemente, alterar a pobreza. Essa exigência implica na expansão, na democratização e na melhoria dos sistemas educacionais estaduais e municipais. Não basta a criança estar matriculada e frequentando a escola. O ensino precisa ser de boa qualidade e estar em consonância com as demandas da sociedade contemporânea. Esse aspecto exige encaminhamentos também na Política Educacional brasileira, que vai além do campo específico dos Programas de Transferência de Renda.

Sabe-se que a existência do Programa Bolsa Família não é o suficiente para o sustento das famílias, por ser um programa focalizado e o Brasil ter uma imensa população que precisa de mais programas de distribuição de renda que atenda a todas as necessidades básicas. Entretanto é o mínimo que todas as famílias de baixa renda deveriam usufruir o direito à alimentação.

Entende-se que os adolescentes veem que essa falta de recursos dentro de casa precisa ser suprida é então onde buscam a inserção no mercado de trabalho, seja formal ou não e muitas das vezes nem é tanto para o próprio sustento ou comprar coisas supérfluas e sim para garantir o sustento da família.

Como antigamente o capital explorava a força de trabalho das crianças e depois de muitas lutas houve um amparo para as crianças, o capital foi ousado e continuou se apropriando da força de trabalho mas de um modo diferencial, onde aos olhos da sociedade se tornariam algo normal, e é exatamente isso que acontece nos dias de hoje. Durante a pesquisa foi perguntado sobre como era a rotina dos mesmos e podemos notar pela fala dos alunos o quanto se torna cansativo e estressante o cotidiano com curso, escola e trabalho onde muitas das vezes o tempo precisa ser cronometrado para não chegar atrasado no curso, ou no trabalho ou na empresa.

(A. 16 anos menina) - Eu acordo as 06h00min tomo café pego a bicicleta e venho para o curso que começa as 07:30, quando termina as 11:30 eu volto pra casa de bicicleta almoço, tomo banho descanso uns 15 minutos e depois vou para empresa de ônibus, quando termina eu vou pra casa tomo banho e vou pra aula, todo dia é assim. Mas o lado bom é que eu estou trabalhando, ganhando meu dinheirinho, comprando as coisas pra mim e minhas irmãs, só é ruim q eu vivo com sono.

Na fala se evidencia que a rotina de trabalho e estudos além de outras funções e reponsabilidades as quais são bastante cansativas para os adolescentes que já necessitam mais tempo para descanso devido a fase de desenvolvimento.

(L. 17 anos menina) - Eu Levanto cedinho vou para empresa as vezes tomo café lá mesmo, depois volto me arrumo almoço e vou para o curso, saio as 17:30 depois vou pra casa, descanso um pouco, janto e vou pra aula, acho um pouco puxado nem tanto pelo curso ou pela empresa, mais pela escola mesmo, pois as vezes tem trabalho pra fazer, e eu tenho que ficar fazendo final de semana ou de madrugada. Eu não me importo de trabalhar e estudar é

até bom pra mim, pois estou sempre aprendendo coisas novas e conhecendo muitas pessoas.

Nessa mesma linha o adolescente abaixo também relata a sua relação com o trabalho e destaca que o dinheiro que recebe auxilia a família.

(P. 18 anos menino) - nos finais de semana eu ajudo meu pai de manhã a fazer os doces e vender acordo cedo, pois como é vários sabores de doces temos que ir fazendo separado, pois só temos um tacho. Durante a semana vou cedo para a empresa e a tarde vou para o curso, como eu já terminei o ensino médio pra mim fica mais fácil, com o meu dinheiro eu consigo ajudar em casa, pago a conta de luz, e faço feira pro meu pai toda semana, meu pai é idoso só é nos dois em casa então preciso ajudar ele só com a venda de doces fica difícil.

(M. 17 anos menino) - Eu acordo as 6:30 tomo café e visto meu uniforme, as vezes nem da tempo de tomar banho porque venho para a instituição a pé , saio 11:30 vou pra casa tomo banho almoço e vou para a empresa, chego pego meu material e vou pra escola saio de lá 22:30 e chego em casa doido para dormir, e no outro dia a mesma rotina. Perguntei a esse aluno o que ele fazia nos finais de semana e a resposta foi que – Sábado eu gosto de acordar tarde, acordo meio dia e a tarde vou fazer os trabalhos da escola, como não tenho tempo de fazer os trabalhos durante a semana os trabalhos que são pra serem feitos em grupos acabo tendo que fazer sozinho, e no domingo gosto de sair com os amigos tomar um sorvete ou jogar bola. Eu sou forte, consigo fazer várias atividades todo mundo consegue porque eu não iria conseguir?

Não é errado trabalhar como aprendiz ou auxiliar a família em suas atividades o que não pode é que essas exigências prejudiquem o desenvolvimento saudável levando os adolescentes a responsabilidades de adulto. Diante das falas se evidencia o desgaste físico e psicológico dos adolescentes que prejudica nos rendimentos escolares.

O trabalho não pode prejudicar o rendimento na escola, porém diante das contradições do sistema capitalista se entende que a família também precisa dessa renda do adolescente para a manutenção das necessidades básicas da família.

Na sequência foi-se necessária uma intervenção com os pais. A estagiária juntamente com o supervisor de campo decidiram fazer uma reunião com os pais dos adolescentes e convidar um palestrante com a intenção de possibilitar conhecimentos sobre os direitos e deveres de cada responsável em relação aos filhos. Foi convidado o Francisco Marcos Gomes Assistente Social da APAE, Associação de pais e amigos-APAE e Presidente do Conselho Municipal da Criança e adolescente-CMDCA e a palestra teve aproximadamente 25 minutos, a pauta da reunião

adolescente-CMDCA e a palestra teve aproximadamente 25 minutos, a pauta da reunião seria esclarecer aos pais sobre os direitos e deveres da família. Os filhos também participaram da palestra.

A Carta Régia de 1988 no art.277 determina que é dever da família, da sociedade e do Estado garantir, com absoluta prioridade, direitos considerados essenciais; saúde, alimentação, educação, lazer, respeito a liberdade e à convivência familiar e comunitária. Também determina que as crianças e adolescentes devam ser protegidos contra toda forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988). Sales et. al (2006, p.246) ressalta que,

A política para a infância e a adolescência proposta pelo Estatuto da Criança e do adolescente, como as outras políticas sociais após 1988, trabalha sob a perspectiva da descentralização, transferido para os municípios grande parte da responsabilidade pelas políticas sociais. Nesse sentido, a municipalização deve ser entendida como estratégia para facilitar a participação da sociedade no controle das políticas sociais, e não como simples processo de desconcentração ou de retirada das responsabilidades dos governos federal e estaduais em relação às políticas públicas.

A Constituição Cidadã determina que sejam asseguradas as crianças e adolescentes os direitos fundamentais a eles inerentes em condições de liberdade e dignidade, cuja responsabilidade solidária por esta efetivação cabe à família, a sociedade em geral, a comunidade e ao poder público na figura do Estado por se tratar da condição peculiar de pessoas em desenvolvimento sujeitos de direito a proteção integral.

Figura4 apresentação do palestrante



Crédito: OLIVEIRA 2018

No momento da reunião com a palavra o assistente social que prendeu a atenção dos pais falando sobre a obrigação dos pais manterem os filhos na escola, bem como a importância do estudo. Por mais que a Educação Brasileira esteja defasada manter os filhos na escola afastada criminalidade e melhora na condição de cidadão brasileiro e não basta ser apenas cidadão, é preciso ter ética e honestidade, é saber que o futuro de toda criança e adolescente está na educação.

O profissional destacou que a educação é a única forma honesta de romper com o ciclo de miséria entre as famílias. Estudando o adolescente tem a possibilidade de se inserir mais facilmente no mercado de trabalho e também atuar ativamente nas decisões políticas. Para Demo (1994, p.37),

Pobreza política manifesta-se sobre inúmeras faces, mas pode ser condensada didaticamente na precariedade da cidadania. Garantia do Estado é o cidadão, não o contrário. Não se pode ter o Estado “melhor” do que a sociedade civil que o cria e o mantém. Cidadania organizada é o que poderíamos chamar de qualidade política da educação.

O que foi lembrado na reunião não foram somente os direitos e deveres dos pais, mas também os direitos e deveres dos filhos, como obediência, ajudar os colegas, cumprir com as obrigações em casa, respeitar os mais velhos, e respeitar os limites ordenados pelos pais. Quando se tem um bom ensinamento em casa, e obtém respeito, esse adolescente irá se comportar na rua, na instituição, na escola, ou seja, os valores de cidadania serão seu guia.

Tanto os pais quanto os adolescentes foram atentos à abordagem do profissional em relação aos direitos e deveres e no final fizeram questionamentos quanto à lei esclarecendo dúvidas e ampliando conhecimentos inclusive a respeito da legislação que protege a família.

Os adolescentes também foram alertados quanto ao seu papel de filhos que enquanto dependentes de seus pais têm obrigação de ouvi-los e obedecer seguindo as orientações que são sempre para o bem.

Figura5 Palestra com o Assistente Social



Crédito: OLIVEIRA 2018

Considerando a participação dos pais e responsáveis no ato da reunião, compreendemos que esse assunto foi de grande relevância para os que estavam presente, foi uma maneira de levar a família à reflexão conjunta e estes compreenderem que precisam lutar juntos pela validação dos direitos.

A foto abaixo retrata que o número de participantes foi grande e que estavam atentos a cada palavra do palestrante e também em relação à projeção de conteúdo e figuras ilustrativas em relação à família e a legislação que os ampara como pessoas de direito.

As diversas reflexões e debates entre profissionais, estagiários e comunidade ampliam a compreensão da conjuntura social e abrem oportunidade para a superação de problemas e prevenção de outros.

Figura6 Participantes da Palestra



Crédito: OLIVEIRA 2018

O assistente social seja ele no espaço que estiver inserido exerce sua função com base no Código de Ética vigente e projeto ético políticoque preconizam atendimento de qualidade aos usuários dos serviços sociais sempre respeitando sua singularidade e particularidades estimulando a autonomia dos sujeitos. Gohn (2008, p.33) ressalta que,

[...] a autonomia se obtém quando se adquire a capacidade de ser um sujeito histórico, que sabe ler e reinterpretar o mundo; quando se adquire uma linguagem que possibilita ao sujeito participar de fato, compreender e se expressar por conta própria. Os sujeitos autônomos veem e aceitam as diferenças e as singularidades das pessoas e das regiões do mundo; acatam e assumem a diversidade cultural dessas pessoas, olham para suas crenças e valores como algo constitutivo do ser humano; aprendem a dialogar com o diferente e as diferenças sem ter como meta aniquila-los ou vencê-los a qualquer custo, buscam o diálogo para uma aprendizagem que leve ao entendimento, à construção de consensos e não para apropriar-se/apoderar-se do saber do outro, aniquilando-o.

De acordo com as observações e intervenção realizada no período de estágio em Serviço Social no CEDB do município d Ji-Paraná ficou evidenciada a relevância da atuação do Serviço Social nas mais diversas expressões da questão social manifesta na sociedade. A atuação no sentido de validar os direitos dos adolescentes inseridos no projeto bem como contribuir para o bem estar e

aprendizado das famílias em relação seu papel e também em função de direitos legislados é competência inerente ao assistente social. Guerra (2016, p.105) ressalta,

A experiência do estágio supervisionado é única. Embora todos os requisitos curriculares tenham a sua importância e adequabilidade para desenvolver as capacidades necessárias ao futuro profissional, entendo que o estágio supervisionado detém o potencial de permitir ao estudante como sujeito desse processo, receber o impulso da própria realidade, e, a depender do seu perfil e do seu nível de amadurecimento teórico metodológico, ele vai apreendendo as determinações dessa realidade e aprendendo os caminhos para o conhecimento desse objeto.

O estágio em Serviço Social na instituição Centro educativo Dom Bosco – CEDEB nos proporcionou crescimento acadêmico e possibilitou a aquisição de novas habilidades e competências para a atuação como futuras profissionais de Serviço Social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A percepção que obtivemos durante o período de Estágio em Serviço Social mostra que o Centro Educativo Dom Bosco é de extrema importância para a comunidade e principalmente para a construção de cidadania dos adolescentes e preparo para o primeiro emprego.

Sabe-se que o Estado é falho em relação às políticas públicas e mais falho ainda na validação de direitos sociais. A ineficiência em relação às políticas para a juventude ainda é mais gritante pois não investimento em preparo destes para que possam sentir-se seguros em função do primeiro emprego.

Ressalta-se que o CEDB sendo uma entidade filantrópica assume uma responsabilidade que é de dever do Estado e assume esse papel de mediador entre comunidade e família em função da cidadania evitando que o jovem fique à margem da sociedade e incentivando a participação em cursos diversos que o preparem para o primeiro emprego.

Interfere diretamente na vida dos jovens, encaminhando para o aprendizado em diversas instituições, primeiro emprego, visando melhorar a vida de cada adolescente que são inseridos em ações diversas sempre com acompanhamento da equipe, mais especificamente pelo assistente social.

O assistente social possui total competência na tomada de decisões para as mais diversas ações que auxiliem tanto em termos da cidadania ativa dos adolescentes quanto na superação de problemas que enfrentam no âmbito sócio familiar.

É notório que o CEDB atua ativamente na melhoria da vida dos adolescentes e também de suas famílias, pois os pais sabem que seus filhos estão em um local que possui segurança e aprendizado o qual os afasta dos riscos que a rua expõe.

O estágio em Serviço Social ocorrido no ano de 2018 foi de suma importância para o crescimento acadêmico, entende-se que é o momento de excelente articulação teoria e prática acadêmica.

É necessário sim maior investimento em políticas públicas eficazes voltadas para o público jovem pois assim haverá a prevenção à marginalidade e impulso para inserção e inclusão social de adolescentes especialmente os das classes menos favorecidas economicamente.

Por fim, constatou-se que os adolescentes através do CEDB criam oportunidades de trilhar o seu futuro, sendo protagonistas de sua história, almejando sempre um futuro melhor, para si e para suas famílias resgatando o direito de viver em sociedade com dignidade.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. In: As metamorfoses do mundo do trabalho. 10 ed. – São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

_____. R. **Os Sentidos do trabalho.** 2 ed. – São Paulo: Editora Boitempo, 2009.

ARANHA, M. L. **História da educação.** Rio de Janeiro: Moderna, 1996.

BERNARDO, João. (1996) “Reestruturação Capitalista e os Desafios para os Sindicatos”. Mimeo., Lisboa. In: **Os sentidos do trabalhos.** 2 ed. – São Paulo: Editora: Boitempo, 2009.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias:** uma introdução ao estudo de psicologia. 13. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 1999. 368 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Lei 8 069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Senado, 1990

_____. **Código penal. Código de Menores Decreto** nº17 943-A de 12 de outubro de 1927. São Paulo: Saraiva, 1970.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica.** 4.ed. Paulo: Makron Books, 1996

COUTO, I. A. P.; MELO, V. G.. Reconstruindo a história do atendimento à infância no Brasil. In: BAZÍLIO, L. C.; EARP, M. de L. S.; NORONHA, P. A. **Infância tutelada e educação: história, política e legislação.** Rio de Janeiro: Ravil, 1998

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais.** 3º ed. verampl. 16. reimpr. São Paulo: Atlas, 2014.

GAIO, R. C., R.B.; SIMÕES, R. Métodos e técnicas de pesquisa: a metodologia em questão. In: GAIO, R. (org.).

GIL, A. C.. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2008

_____, A. C.. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006

_____, A. C., **Como Elaborar Projetos de Pesquisa** –4ª Edição, São Paulo. Editora Atlas, 2002

_____, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2007

_____, A. C.. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1994

_____, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

_____, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999

GIOVANNI, G. (org). **Aspectos e qualitativos do trabalho infantil no Brasil**. Brasília: OIT, 2004

GOHN, M. da G.. **O Protagonismo da sociedade civil: Movimentos Sociais, ONGs e redes solidária**. 2ªed. São Paulo. Cortez 2008.

GOMES, O.; GOTTSCHALK, E. **Curso de direito do trabalho**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

GUERRA, Y. **O estágio supervisionado como espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática: o perfil profissional em disputa**. In: SANTOS, C.

M.; LEWGOY, A. M. B.; ABREU, M. H. E. (Orgs.). A supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

HOLANDA, F. H.; FRERES, H.; GONÇALVES, L. P. **A Pedagogia das Competências e a Formação de Professores: Breves Considerações** Críticas. 530 Eletrônica Arma da Crítica, Ano 1, Número 1 Janeiro, 2009

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. 7. Ed. São Paulo: Cortez 1998

_____.M. V . **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. M. V. **O serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 8. ed., São Paulo, Cortez, 2005

_____, M. V. **A Questão Social no Capitalismo**. Temporalis – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, Brasília, v. 2, n. 3, p. 9-32, jan./jun. 2001.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. Uma concepção teórica da reprodução das relações sociais. In: Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-sociológica. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.marx

IANNI, O. **Teorias da Globalização**. 5ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1999

KONDER, L. **O que é a dialética**. 21ª Ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2004

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Sociologia Geral**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999
 _____, E. M., MARCONI, M. A. **Metodologia do Trabalho Científico**: Procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 4º ed. São Paulo: Atlas, 1992.

_____, E. M., MARCONI, M. A.. **Técnicas de Pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1986.

_____, E. M., MARCONI, M. A.: **Metodologia Científica** – 1ª Ed. 1982.

LEAL, M. C. **Política Social, Família e Juventude: Uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2006

LEWGOY, A. M. B.; ARRUDA, M. P. **Novas tecnologias na prática profissional do professor universitário**: a experiência do diário digital, Revista Textos e Contextos: Coletâneas em Serviço Social, Porto Alegre: Edipucrs, n.2, 2004.

MAGALHÃES, S. M. **Avaliação e linguagem: relatórios, laudos e pareceres**. 2. ed., São Paulo: Veras, 2006

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. - São Paulo: Atlas, 2010.

MARX, K. apud OLIVEIRA, R. A. de. In: **A concepção de trabalho na filosofia do jovem Marx e suas implicações antropológicas**. Kinesis, Vol. II, nº 03, abril-2010

SERAFINI Mariani. Portal Vermelho.

Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/267041-10>. Acesso: 03 Abril 2019

MARIN, J. O. B. **Crianças do Trabalho**. Brasília, Plano, 2005

MARTINS, A. L. L. **O trabalho artístico da criança e do adolescente**. 2013. 142 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Ribeirão Preto: Ed. USP, 2015.

MATTOSO, J. **O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregados nos anos 90**. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade** 25ª ed. Revista atualizada. –Petrópolis, RJ: Vozes, 2007

_____, M. C. S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 31º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MOURA, Esmeralda. **Crianças operárias na recém-industrializada** São Paulo. 1999 In: DEL

_____, M.C.S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**, Petrópolis: Vozes org. 2001.

- OLIVEIRA, N. H. D. de. **Recomeçar: família, filhos e desafios** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009
- PAGANINI, J. **O trabalho infantil no Brasil: uma história de exploração e sofrimento**. In: Amicus Curiae. v. 5.n.5(2008). 2011. Disponível em <<http://periodicos.unesc.net/index.php/amicus/article/viewFile/520/514>> Acesso em: 08 de maio 2019
- PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Ed. UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009
- POCHMANN, M. Mudanças na ocupação e formação profissional. Trabalho & Educação, Belo Horizonte, n.6, 2000.
- RIZZINI, I. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. da Universidade Santa Úrsula, 1997.
- RUIZ, J. Á. **Metodologia Científica: Guia para eficiência nos estudos**. São Paulo: Atlas, 1982.
- SALES, M. A. **Política social, família e juventude**. 2º edição. São Paulo, 2006.
- SANTOS, A. M. **As contribuições do Serviço Social para a realidade escolar do Brasil**. Publicado em 2009, disponível em: <http://meuartigo.brasilecola.com/educação/as-contribuições-serviço-social-pararealidade-escolar-.atm-acessoem:07/04/2019>
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- SOULÉ J., O. **O trabalhador da informação a era da informação: um estudo de caso de concluintes de cursos relacionados à tecnologia da informação**. PUC-Campinas. 2004.
- SPEROTTO, N. **Instrumentalidade do Serviço Social**. Porto Alegre. Imprensa Livre 2009.
- VERONESE, J. R. P. **Os direitos das crianças e dos adolescentes**. São Paulo: LTr, 1999)
- VIEIRA, R. MELO, V.J. A responsabilidade civil do menor, no Estatuto da criança e do adolescente e no código civil, e seus desdobramentos jurídicos.2017 acesso em: <https://jus.com.br/artigos/57521/a-responsabilidade-civil-do-menor-no-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-e-no-codigo-civil-e-seus-desdobramentos-juridicos> Acesso: 26 março 2019
- YIN, R. K. **Estudo de caso: Planejamento e Métodos**. Tradução Daniel Grassi. 3. ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE

Questionário

Nome:

Idade:

Curso:

Empresa que trabalha:

Por que a escolha desse curso?

Foi por livre espontânea vontade?

O curso está te ajudando a tornar-se um profissional na empresa e na vida?

Quais dificuldades você tem encontrado nesta nova etapa da vida?

Tem alguma dificuldade em administrar as responsabilidades do trabalho, do estudo da vida social e familiar?

Você acredita que progrediu ou está progredindo nesta fase em que estuda e trabalha?

AMBIENTE FAMILIAR

1. Você mora com quem?
2. Seus pais ou responsável entende você?
3. Você se sente feliz em sua casa?
4. Tem algo a ser melhorado?
5. O seu lar precisa de alguma mudança?
6. Seus pais tem tempo para ouvir e entender os seus desejos e vontades?
7. Com quem você mais conversa em casa?
8. Você tem facilidade de expressar seus sentimentos?
9. Se considera com um bom vínculo afetivo?
10. O que você espera para o seu futuro?
11. Qual a sua rotina diária?
12. Tem alguém desempregado em sua casa
13. O que os seus pais esperam de você para o futuro?
14. Por que você busca o primeiro emprego, qual sua necessidade?